Ramiro Correia
morreu há 25 anos

Televisão, cidadania e democracia
um artigo de Artur Costa

A25 referencial

Boletim da Associação 25 de Abril ■ Director: Pedro Pezarat Correia ■ Nº 68 ■ Julho – Setembro 2002

Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95 • 1200-271 LISBOA
Tel. 21 324 14 20 Fax 21 324 14 29
E-mail: a25a.ses@25abril.org

Construir o futuro com mais associados

Garcia dos Santos e Vasco Lourenço lançaram o debate sobre os desafios que se colocam à A25A

cartas de Abril

Este espaço é especialmente dedicado aos leitores. As cartas devem conter claramente a identificação e morada do seu autor. *O Referencial* reserva-se o direito de omitir a identificação se para tal for solicitado e de, por razões de espaço, editar (ou não) a correspondência recebida, na íntegra ou parcialmente.

Caçadores 5 no 25 de Abril

SÓ AGORA nos chegou às mãos o Boletim n.º 67 e referente a Abril/Junho.

É com alguma tristeza e, porque não dize-lo, com indignação que ao desfolharmos de ponta a ponta, nem uma linha encontramos referenciando dois acontecimentos marcantes relacionados com o 25 de Abril de 1974 e nos quais essa Associação esteve presente na pessoa do senhor coronel Vasco Lourenço.

O primeiro tem a ver com as comemorações do 25 de Abril e a homenagem ao Batalhão de Caçadores 5 levada a efeito pela Junta de Freguesia e Câmara Municipal de Palmela, na semana de 21 a 28 de Abril último, comemorações essas que englobaram um desfile das forças vivas do concelho, palestras sobre o 25 de Abril de 74, a Exposição «O Batalhão de Caçadores 5 no 25 de Abril» (propriedade do RI 2) e para encerramento, um directo de duas horas na RTP2 do programa «Iniciativas» no qual, largamente participou o senhor coronel Vasco Lourenço.

O segundo tem a ver com a referida exposição; entusiasmado com a mesma, o senhor coronel Vasco Lourenço, mostrou interesse em que a ela fosse montada nessa Associação.

Contactado o RI 2, e obtida a sua anuência, foi a mesma entregue pelo presidente da Junta de Freguesia de Palmela (também ele ex-militar de Abril) e montada na vossa sala.

Na inauguração, estiveram

presentes quase todos os militares deste grupo, respondendo ao convite do senhor coronel Vasco Lourenço.

Pois, para nosso espanto e admiração, nem meia dúzia de linhas o vosso boletim contém acerca deste dois marcantes eventos, comemorativos do 25 de Abril de 74, 25 de Abril, que dá o nome à vossa Associação, e no qual, os elementos deste grupo, ex-militares se orgulham de ter ajudado a ter sido uma realidade!

Temos publicitado a vossa Associação para a angariação de mais associados. Fizemos inclusive, no vosso restaurante, o almoço anual do grupo.

Sinceramente não esperávamos tão grande alheamento por parte da Revista que V. Ex.a dirige!

A Comissão Organizadora do almoço BC5-72/74
José Reis/João Baptista

NR. Com a publicação desta carta fica dada a notícia.

INVENTÁRIO. A colecção de arte da A25A exposta no Fórum da sede

editorial

20 ANOS

ASSOCIAÇÃO 25 de Abril está a completar 20 anos de vida. Depois de alguma euforia que envolveu a sua fundação – guardo como marco significativo da minha vida a honra de ter sido escolhido por cerca de um milhar de meus camaradas para presidir à assembleia constituinte fundadora e o clima de entusiasmo de que esta se rodeou -, o seu percurso tem sido marcado por avanços e recuos. Com os primeiros anos, sediada no Bom-Sucesso, conheceu o período da afirmação, com várias iniciativas socioculturais assinaláveis, com jornadas de convívio concorridas, de que as comemorações do décimo aniversário da Revolução dos Cravos foram momento alto. Depois do "despejo" do Bom-Sucesso, com que pensavam aplicar-nos o «golpe de misericórdia», foi o período da resistência, de aguentar, de sobreviver. Com a nova sede recuperou-se a esperança, a vida associativa renasceu, renova-se a confiança no culto dos objectivos que estão na sua génese, a salvaguarda, consolidação e promoção dos valores de Abril que são o nosso denominador comum.

Também a identificação do nosso universo associativo tem sido algo flutuante, até certo ponto reflectindo aqueles avanços e recuos.

Depois do grupo inicial fundador, constituído por mais de um milhar de oficiais dos quadros permanentes das forças armadas fiéis ao amplo significado do 25 de Abril, foi-se sucessivamente alargando a militares de todos os postos e graduações e apoiantes civis, depois aceites como sócios efectivos de pleno direito. Em contrapartida foram-se verificando desistências, abandonos, *de jure* ou *de facto*, na medida em que muitos associados não formalizaram a sua demissão mas colocaram-se, na prática, alheios a qualquer actividade e ao cumprimento das suas obrigações estatutárias. Mas também neste aspecto se vislumbram sinais optimistas. A nova sede e a dinamização que proporcionou está a dar frutos, verificam-se novas adesões, o regresso de alguns e uma participação mais ampla e diversificada.

E agora? Que futuro?

O núcleo mais activo dos capitães de Abril estava na casa dos 20-30 anos no 25 de Abril de 1974, dos 30-40 anos quando fundaram a A25A e está hoje na dos 50-60. Estão jovens, obviamente, mas de repente deram-se conta de que é já a geração dos seus filhos que decide os destinos do País. A A25A tem uma missão própria, que só a ela cabe e não é transmissível: a de assegurar que o seu património histórico, cultural, cívico, afectivo, não se extinga com a geração de Abril. Esse património tem de ser legado à geração dos seus netos e, não só ninguém o fará pela A25A, como ninguém o fará melhor que ela.

Há hoje, na juventude portuguesa, um óbvio *deficit* de conhecimento do contexto histórico, político, social, cultural, do 25 de Abril: porque foi necessário, como ocorreu, o que veio mudar, os seus reflexos internacionais. E, tão importante como tudo isto, o que deve continuar a significar no imaginário e na realidade nacional. Há que encontrar formas criativas e aliciantes de exercer este dever de cidadania. Os responsáveis da A25A estão empenhados nisso. Será tarefa para as próximas duas décadas e que, por arrastamento, assegurará o prolongamento da associação para além dos seus fundadores.

referencial

Propriedade: Associação 25 de Abril
Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração n.º 104/2002, DR-II Série, n.º 91 de 18 de Abril)

Presidente da Direcção:
Vasco Lourenço

Director:
Pedro Pezarat Correia

Editor:
José António Santos

Colaboradores:
Artur Custódio da Silva, David Martelo, Fernando da Vaza Pinlheiro, José Barbosa Pereira,
José Fontão, Luís Galvão (Bridge),
Luís Vicente da Silva (cartoon),
Maria Rodrigues (Delegação Norte),
Nuno Fisher Lopes Pires, Nuno Santa Clara Gomes

Sede nacional, Administração e Redacção
Associação 25 de Abril
Rua da Misericórdia, 95
1200-271 Lisboa
Telf.: 21 324 14 20
Fax: 21 324 14 29
E.mail: a25a.sec@25abril.org

Delegação Norte
Escadas do Barredo, 120 R/C Esq.º
4050-092 Porto
Apartado 4678
4012-001 Porto
Telef./Fax: 22 203 11 97
E.mail:a25a_norte@hotmail.com

Delegação Centro
Apartado 3041
3000 Coimbra

Delegação do Alentejo
Rua Sacadura Cabral
7570 Grândola

Delegação do Canadá
153 Hamilton St
Toronto-Ontário M4M 2C9

Execução Gráfica
Narciso Correia Artes Gráficas, Lda.
Rua Ferreira Chaves, 2 –A e 12-A
1070-127 Lisboa
Telf. 21 388 26 29
Fax 21 383 26 78

Tiragem: 4 000 exemplares

Distribuição grauita

Depósito legal n.º 32 998/89

A25A – 20 Anos

OS ANIVERSARIANTES reagem naturalmente com uma de duas posições opostas: *porquê festejar o ficar um ano mais velho?* versus *mais um já ninguém mo tira!*

Quando se trata de aniversários de colectivos ou eventos, as reacções costumam dividir-se entre a manifestação de alegria, de realização, de reafirmação de valores para o futuro, e a acusação de saudosismo aos que assumem a primeira das posições.

Porque somos dos que não receiam algum saudosismo salutar, mas não abdicam de reafirmar a satisfação do trabalho feito e o desejo de novas realizações em prol dos ideais que nos norteiam, iremos evocar os 20 anos da nossa Associação 25 de Abril.

O programa será modesto, pois modestos são os meios de que dispomos.

Quando estas linhas forem lidas, tal como em relação a outras actividades, já terá passado o nosso aniversário. Do que conseguirmos fazer, daremos notícia no próximo *O Referencial*.

Contudo aqui ficam os projectos: exposição do acervo cultural da A25A; convívio na Sede, no próprio dia 21 de Outubro; conferência de imprensa para informar de futuras iniciativas. ■

Iniciativas do Fórum

DEPOIS das férias, recomeçámos as actividades no Fórum 25 de Abril.

Para além dos lançamentos de livros e outros eventos, organizados por entidades a quem a A25A cede as instalações, iremos retomar as nossas *tertúlias*.

Os projectos são ambiciosos, assim os consigamos atingir.

Para isso, necessitamos, em primeiro lugar, de sugestões dos associados sobre os temas que gostariam de ver tratados. No momento em que se escreve este texto estão já previstos alguns eventos, de que destacamos *a evocação de Ramiro Correia* (falecido há 25 anos) e o lançamento do *livro de Vasco Gonçalves*, com origem na investigação de Manuela Cruzeiro, do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Deles daremos notícia no próximo *O Referencial*. ■

Funcionário da CIA mancha 25 de Abril

A POLÉMICA em torno do Caso Camarate serviu de pretexto para Oswald Le Winter, alegado espião da CIA, manchar o nome de dois dos mais ilustres militares de Abril: Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo. Por os visados já não estarem entre nós, a direcção da A25A entendeu, no passado dia 25 de Julho, enviar à comunicação social o comunicado que a seguir transcrevemos na íntegra:

«As mortes de Sá Carneiro, Amaro da Costa e acompanhantes têm sido razão de muita discussão, sem que, de uma vez por todas, se faça luz sobre o assunto.

No âmbito da Assembleia da República vigora, mais uma vez, uma Comissão Parlamentar de Inquérito ao Caso Camarate, que procura encontrar um esclarecimento cabal para os acontecimentos.

Não cabe à Associação 25 de Abril assumir qualquer posição sobre os referidos acontecimentos, nomeadamente sobre a hipótese de se estar perante um atentado.

Acontece, no entanto, que reaparece agora Oswald Le Winter, apontado como ex-espião da CIA, que vem prestar declarações que apontam para os motivos que terão levado à prática de um atentado.

Não iríamos pronunciar-nos, consideramos que o não devemos fazer, se o mesmo personagem não envolvesse nesses motivos o nome de dois militares ilustres – Francisco da Costa Gomes e Pinheiro de Azevedo – sendo que o primeiro é sócio de honra da A25A.

Porque, infelizmente, nenhum deles está vivo para se poder defender, vem a A25A chamar a atenção para o facto de na data apontada (1980) como o momento de ter sido feita a operação de tráfico de armas, dos EUA para o Irão, que terá necessitado do fornecimento de certificados, passados pelos dois militares referidos (segundo Le Winter), os mesmos militares já não estarem, desde há vários anos, em condições de passarem quaisquer certificados dessa natureza.

Com efeito, convém recordar que, quer Costa Gomes quer Pinheiro de Azevedo, não tinham qualquer ligação a funções oficiais desde meados de 1976. ■

Lisboa, 25 de Julho de 2002
O presidente da Direcção
Vasco Correia Lourenço»

Actividades na Sede

Desde a publicação do último número do nosso Boletim ocorreram no Fórum as seguintes realizações:

Dia 18 de Setembro
Lançamento do livro «Os Diários de Emília Bravo», livro de crónicas de Maria Judite de Carvalho, publicado pela Editorial Caminho:

Dia 27 de Setembro
Tertúlia comemorativa dos 25 anos da morte de Maria Callas organizada pelo Ginásio Ópera.

Dia 11 de Outubro
Inauguração da exposição comemorativa dos 20 anos da fundação da A25A.

Dia 15 de Outubro
Evocação da memória de Ramiro Correia, organizada por um grupo de amigos.

Dia 23 de Outubro
Abertura da exposição de pintura de Cruz Oliveira, que ficará patente até 30.

Até ao final do ano estão programadas as seguintes actividades:

Dia 5 de Novembro
Apresentação do livro, contendo a entrevista de Vasco Gonçalves dada a Manuela Cruzeiro, numa organização conjunta do Círculo de Leitores/Editorial Notícias.

Dia 6 de Novembro
Inauguração da exposição de pintura de Torres Preto que decorrerá até dia 18, havendo lugar na data de abertura a uma evocação de Carlos Paredes, na qual estará presente Luísa Amaro e um dos músicos que com ela colaboram.

Dia 19 de Novembro
Palestra a proferir por Pezarat Correia, organizada pelo Lyceum Club de Lisboa.

Dia 21 de Novembro
Abertura da exposição colectiva do grupo Maumaus, que estará aberta ao público até 4 de Dezembro. ■

Viagem a Cuba

A Associação 25 de Abril pretende organizar no princípio do próximo ano uma viagem turística a Cuba. A fim de se poder fazer um planeamento atempado, solicita-se aos associados interessados nesta actividade que contactem a Secretaria da A25A. ■

O testemunho sobre a história da revolução do 25 de Abril está a ser comunicado de forma grosseira às novas gerações

O 25 de Abril de 1974 (mal) contado às crianças

ROSA PEDROSO LIMA

A «REVOLUÇÃO democrática começou no dia 23 de Fevereiro de 1974». Esta poderia ser apenas mais uma resposta aos inúmeros inquéritos de rua que, por alturas do 25 de Abril, enchem as páginas dos jornais com enormidades. O País pasma de espanto perante a ignorância da juventude sobre a sua História recente e conclui que o assunto tem de ser resolvido na escola. Ora aqui começa o problema. Por ser, precisamente, de um manual escolar para o Primeiro Ciclo que esta frase é retirada. Mas há mais. No mesmo livro, a revolução portuguesa de 1974 consegue a proeza de ser explicada sem uma única referência directa ao dia 25 de Abril. O epicentro da história contada às criancinhas é a data da publicação do «Portugal e o Futuro» - (que, aliás, está incorrecta: foi a 22 de Fevereiro e não a 23). A partir desse dia fundamental, «um grupo de capitães do exército organizou-se para planearem um golpe de Estado», criando assim o Movimento das Forças Armadas. Ainda não saímos do primeiro parágrafo e já os erros se sucedem. Mas o pior é que a história nem sequer consegue fazer sentido. Organizados desta forma e, com o rigor científico que o livro imprime, «algum tempo depois, 33 oficiais foram presos pela DGS, a polícia política da ditadura». Admite-se que a revolução estava a ser preparada na sombra, mas verdade verdadinha, o certo é que só Otelo Saraiva de Carvalho ganha protagonismo ao entregar «cartas fechadas, contendo instruções aos seus companheiros» a que se segue uma inexplicada programação radiofónica que inclui a transmissão de duas músicas, uma de Zeca Afonso e outra de Paulo de Carvalho. Segundo os autores «a revolução tinha começado».

Para um cidadão normal, este relato não faz sentido. Para quem conheça, minimamente que seja, o processo que levou ao fim da ditadura fascista, esta História tem erros de palmatória. Para uma criança de nove anos, a braços com o estudo da evolução do seu País, o risco é o de pensar que a geração dos seus avós era, no mínimo, muito esquisita. Foi esta a sensação que tive quando, tentando acompanhar os trabalhos de casa da minha filha Maria, me deparei com este texto do manual escolar «Outros Tempos, Outras Histórias», da Porto Editora, dedicado ao 4º ano de escolaridade. A criança leu a página e com o livro na mão pediu-me esclarecimentos. Li e reli. Não percebi. Optei por fechar o manual e explicar como essa história tem sentido - quando contada com pés e cabeça. Em nome do rigor científico esta parte do nosso passado tem de ser correctamente transmitida. Em nome da lógica e do bom senso, os manuais escolares devem ser fidedignos e seguros. E, no caso da Maria - cujos dois avós foram militares de carreira - importa que a memória dos seus antepassados seja honrada como deve. O avô paterno da Maria morreu na Guiné, em 1966, numa guerra que terminou apenas com a Democracia. O avô materno aderiu ao MFA. Só por isso a Maria merecia ver a história do 25 de Abril – na qual os avós foram pequeninas peças – contada como deve ser.

Acontece que há muitas Marias no mundo. Acontece também que, por acaso, a mãe dela é jornalista do EXPRESSO e o assunto passou para as páginas do jornal, por reconhecido interesse jornalístico.

Contactada a Associação 25 de Abril, o assunto também mereceu comentários dos próprios protagonistas da revolução. Historiadores, chamados a analisar este manual escolar, foram peremptórios em reconhecer os «graves erros científicos» e a maneira totalmente desarticulada como foram relatados os factos. Vasco Lourenço, no seguimento da notícia do EXPRESSO, pediu explicações à Porto Editora e deu conhecimento do assunto ao Gabinete do ministro da Educação. Contas feitas, o livro foi retirado e retomada uma edição ligeiramente melhorada. Mas o certo é que, durante quatro anos, o manual esteve em circulação. Foi adoptado em algumas escolas e apesar de todos os erros nunca autoras ou editora foram chamados a qualquer responsabilidade. Numa troca de cartas, com o EXPRESSO e com a A25A, as autoras do manual lamentam mesmo a polémica e as críticas públicas ao seu trabalho. Justificam o injustificável, exigem direito de resposta e tentam corrigir os factos com os seus próprios autores e protagonistas.

A nós cabe-nos, pelo menos, o direito à indignação. E a oportunidade de repor os factos históricos no seu devido lugar. Em nome de todas as Marias que merecem conhecer o passado do seu País. ■

Polémica com a

TOMANDO conhecimento de uma notícia publicada no semanário *Expresso*, de que a própria autora e nossa associada se faz eco na página anterior, a direcção da A25A entendeu enviar à Porto Editora, com conhecimento ao ministro da Educação e à Associação dos Professores de História, a carta que a seguir se transcreve.

«Chegaram às mãos desta Associação as fotocópias que se juntam de um livro escolar para o 4.º ano chamado "Outros tempos, outras histórias", da responsabilidade editorial da Porto Editora.

As fotocópias respeitam ao ponto 2. A Ditadura e ao ponto 3. A Democracia.

Julgamos que não é necessário tecer grandes comentários para avaliar estes textos. De facto, considerando que os alunos a que se dirigem têm cerca de 10 anos, que a Porto Editora tem especiais credenciais no mercado do livro escolar, que a compreensão e vivência dos valores democráticos começa na Escola, que a verdade e a simplicidade de linguagem devem ser a base de transmissão desses valores, então basta ler estes textos para verificar quanto descuido, ignorância e irresponsabilidade ressalta da sua publicação.

Expressamos aqui o nosso protesto e apelamos para uma rápida revisão desta situação, que aliás estamos convencidos já ter sido detectada e corrigida. Gostaríamos de ter, da parte da Porto Editora, um esclarecimento sobre este assunto, por forma a podermos, se tal for necessário, contribuir para o fim de tão lamentável equívoco editorial.»

Em resposta, a Porto Editora remeteu ao presidente da Direcção da A25A a seguinte missiva:

«Vimos, por este meio, acusar a recepção da vossa carta, que mereceu a vossa melhor atenção.

No sentido de melhor esclarecer as dúvidas expostas por V. Exa. sobre algumas passagens retiradas do livro «Outros Tempos, Outras Histórias», por nós editado, entendemos remeter-lhe, em anexo, cópia da carta enviada ao Director do Jornal *Expresso*, exercendo os Direitos de Resposta e de Rectificação de acordo com a Lei de Imprensa em vigor, a qual foi publicada na integra naquele órgão de comunicação social na edição de 29 de Junho último.

Ainda que o conteúdo da supracitada carta seja, a todos os níveis - incluindo o científico -, totalmente esclarecedor, fazemos questão de transmitir a V. Exa. o nosso profundo desagrado pela forma pouco rigorosa e eticamente reprovável como este assunto foi tratado. Quem, de boa fé, analisar competentemente as questões levantadas, por certo concluirá que as considerações e os juízos de valor entretanto expressos foram, no mínimo, precipitados.

Embora este lamentável caso tenha ferido o bom nome e a honorabilidade do trabalho desenvolvido pela Porto Editora e todos os seus autores e colaboradores, preferimos encará-lo como um mal-entendido, dando-o, assim, por encerrado. Permita-nos, no entanto, sugerir a V. Exa. que, na eventualidade de se deparar com situações semelhantes envolvendo o nosso trabalho editorial, nos honre com um contacto directo. Desde o primeiro dia da existência da Porto Editora - 2 de Maio de 1944 - que fazemos questão em escutar críticas e sugestões e em esclarecer eventuais dúvidas, com o rigor e a seriedade que nos são reconhecidos.

Desta carta daremos conhecimento a S. Exa., o Ministro da Educação, bem como à Associação de Professores de História.»

Por seu turno o presidente da A25A entendeu replicar à Porto Editora o seguinte:

«Como espero venham a compreender, nós não podemos encerrar em definitivo a questão em epígrafe. Não a consideramos um *mal-entendido*, não vislumbramos como podem considerar *ferido o bom nome e a honorabilidade do trabalho desenvolvido pela Porto Editora e todos os seus autores e colaboradores*, não aceitamos, antes rejeitamos e lastimamos a linguagem da vossa carta de 4 de Julho p.p., que não respeita os princípios de uma elementar boa educação e de um mínimo de entendimento da situação em causa. Lamentavelmente, a compostura baqueou onde ela é suposto nunca deixar de existir – numa empresa de prestígio, da qual todos somos potenciais clientes. Isto só prova que, ao contrário do que proclama, a

PORTUGAL já tem 134 cidades. Este número consta do primeiro Atlas das Cidades de Portugal, agora editado pelo INE. O estudo revela que a maior percentagem de idosos se verifica em Lisboa, onde um quarto dos habitantes tem idade superior a 65 anos. Constata-se também que há cidades com menos de dois mil habitantes.

Página 18

Vasco Lourenç contesta livro do 4º ano

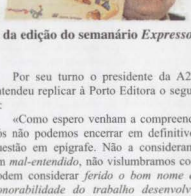
A REVOLUÇÃO democrática portuguesa surgiu «no dia 23 de Fevereiro de 1974» e «dias mais tarde um grupo de capitães do exército organizou-se para planearem um golpe de Estado. Era o MFA».

A descrição consta de um manual de História para o 4º ano e inclui erros como este considerados «grosseiros e graves» pelos historiadores. Vasco Lourenço, ex-capitão de Abril, classifica o texto de «aberração» e levou a Associação 25 de Abril a protestar junto do ministro da Educação e da editora responsável pelo manual.

Sobre o 28 de Maio e o Estado Novo também o t sual. As autoras refere Costa «tinha o apoio de a revolução e que o man apenas marcado pela i gras muito duras para pesas d

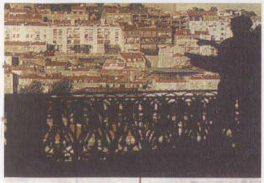
A Po rece qu nova ed de se c teúdos

A ve vro est desde 1 ano lec em vár



Fac-smile da chamada de primeira página da edição do semanário *Expresso* de 8 de J

Porto Editora



exto não é consen-
m que Gomes da
todos» para fazer
dato de Salazar foi
nposição de **«re-**
controlar as des-
o país».
orto Editora escla-
e foi lançada uma
lição do livro, on-
orrigiram os con-
em causa.
erdade é que o li-
teve no mercado
997 e ainda neste
tivo foi adoptado
as escolas. ■

Página 20

empresa não está disponível nem interessada em escutar críticas e sugestões.

Com efeito, temos que esclarecer alguns factos e chamar a vossa atenção para alguns princípios.

Primeiro, não foi a Associação 25 de Abril quem trouxe o assunto para o público – foi o «Expresso», através de uma sua jornalista. O presidente da Associação limitou-se a dar opinião, como aliás outras pessoas contactadas, sobre o facto que lhe foi transmitido – as bizarras passagens de um texto retirado de um livro para o 4º ano, editado pela Porto Editora. Foi, aliás, através dessa jornalista que tomámos conhecimento da aberrante situação.

Segundo, e em conformidade, a vossa empresa não tem que me transmitir (e através de mim, à Associação 25 de Abril) o vosso *profundo desagrado*. Eu julgaria que a vossa empresa deve aceitar que nem tudo está bem e reflectir sobre isso. No fundo, corrigir o que está mal e ficar grata a quem chamou a vossa atenção (como nós o fizemos na carta que vos dirigimos).

Vamos agora às questões que estão na origem do problema – os conteúdos do livro «Outros Tempos, Outras Histórias»:

a) Quando se escreve um livro escolar, qualquer que seja, deve ter-se permanentemente uma grande preocupação de rigor – rigor de linguagem, rigor de conteúdos, rigor de conceitos. Melhor que ninguém, uma editora prestigiada como a Porto Editora sabe isso.

b) As autoras do livro, relativamente aos textos que têm estado em análise, não foram rigorosas. Podem as autoras e a editora tentar justificar o que foi escrito, a verdade é que o texto inicial permanece com os erros que sempre teve. Melhor seria admitir o que está mal e fazer as devidas correcções em futuras edições – como decerto irá acontecer.

c) Vamos então aos casos.
Em primeiro lugar, consideremos a relação da publicação do livro «Portugal e o Futuro» com o início da «Revolução Democrática», singularmente coincidentes no mesmo dia – 23 de Fevereiro de 1974.
A data da publicação do livro (que aliás ocorre a 22 de Fevereiro) é absolutamente irrelevante, mas, juntamente com a de 23 de Abril (alguma atracção pelo 23?) do mesmo ano são as únicas datas destacadas num texto para alunos de 10 anos! São duas datas sem qualquer importância, mas serão as datas que os alunos terão tendência a memorizar, por mais que as autoras digam o contrário (neste ponto, interrogo-me se as autoras serão professoras de alunos com 10 anos).
Para além da descoberta pelas autoras do facto de a *Revolução Democrática ter começado com a publicação de «Portugal e o Futuro»*, afirmação que vi expressa, pela primeira e única vez, em «Outros Tempos, Outras Histórias» e que revela uma gritante ignorância sobre os antecedentes do 25 de Abril, seria difícil referir datas significativas? Aqui ficam exemplos:
- 9 de Setembro de 1973, dia da realização de uma grande reunião de oficiais do Exército nas proximidades de Évora, que dá origem ao Movimento dos Capitães;
- 16 de Março de 1974, dia da *revolta das Caldas da Rainha*, primeira tentativa conduzida pelos oficiais empenhados numa mudança de regime;
- 25 de Abril de 1974, verdadeiro dia do início da Revolução Democrática.
Em segundo lugar, o parágrafo "Dias mais tarde, um grupo de capitães do Exército organizou-se para planearem um golpe de Estado. Era o MFA (Movimento das Forças Armadas)".
Todo o parágrafo está errado. São erros factuais, de conceito e mesmo de gramática. Seria longo explicar todas as incorrecções do texto. Se as autoras, pelo que dizem, leram o texto de Aniceto Afonso publicado na obra «História Contemporânea de Portugal», Amigos do Livro Ed. e em «História de Portugal», Ediclube Ed., ambas dirigidas por João Medina, então não lhes será difícil verificarem quanta falta de rigor e quantas imprecisões existem numa única frase. Repetimos: o rigor não se aplica apenas a livros destinados a adultos, ele é essencial em todos os livros.
Em terceiro lugar, no parágrafo seguinte, acentuamos os erros que já foram apontados – após a revolta das Caldas da Rainha (pois só pode referir-se a esse evento) os oficiais não foram presos pela DGS, mas sim pelas autoridades militares (aliás, foram presos cerca de 200 militares).
Todo o restante texto, excluindo a relevância dada ao dia 23 de Abril de 1974, não padece, felizmente, de semelhante falta de rigor. O que quer dizer que a consideração, desde o início, das anteriores chamadas de atenção, teria evitado tudo o que se passou depois.
Para terminar, falemos acerca do texto «A Ditadura». Também nele existe falta de rigor. Foquemos apenas o essencial:
Na escrita da História, nunca se deve dizer «todos», como na frase «uma vez que tinha o apoio de todos». Também raramente é possível atribuir a um só homem o estabelecimento de um regime político (e não foi esse, definitivamente, o caso do general Gomes da Costa). Também não é usual transformar a intenção de um personagem histórico («para que a situação do país melhorasse») numa afirmação do texto histórico. Por último, nunca se refere a II Guerra Mundial como Grande Guerra; esta designação é exclusivamente reservada para a posteriormente designada I Guerra Mundial.

Exmos. Srs.,

Como vêem, há matéria para reflexão. Os juízos de valor não foram precipitados. São justos e oportunos. Assim V. Exas. o entendam, fazendo jus ao nome que têm no mercado.» ■

OPINIÃO

Televisão, cidadania e democracia

ARTUR COSTA*

É JÁ TRIVIALÍSSIMO afirmar que vivemos um tempo de crise de valores, de desorientação, de desregulação, que atinge todas as esferas da vida social, desde o económico ao político, desde o jurídico ao plano ético, passando pelas instituições estruturantes da formação e da socialização dos indivíduos. A essa situação de desnorte ou de falta de referências a que nos possamos ancorar, mas que, ao mesmo tempo, é vivida a determinados níveis e, desde logo, o cultural, com uma certa euforia, chamou Eduardo Lourenço, na sua inconfundível linguagem metafórica, «o esplendor do caos». Este é mesmo o título de um dos seus livros, que recolhe textos de uma análise esplendorosa (aqui em sentido próprio e não figurado) sobre a situação contemporânea, cuja deriva passou a ser o traço dominante com a emergência do mundo unipolar dos escombros do Muro de Berlim e da derrocada dos países comunistas do Leste.

Ora, a televisão é um desses reinos onde por excelência se exibe aquele «esplendor do caos» e onde diariamente se celebra a euforia do seu espectáculo. Não é por acaso que o mesmo Eduardo Lourenço dedica parte das suas análises ao espectáculo da comunicação, um espectáculo que, no seu entender, integra a violência como condição mesma da sua existência. Também não é por acaso que sociólogos, filósofos, politólogos, agentes culturais, grupos de cidadãos, têm vindo a encarar a realidade televisiva como objecto de reflexão e intervenção, não raro a apresentando com cores muito sombrias e até, paradoxalmente, como uma ameaça à democracia.

Com efeito, esta é a visão de Karl Popper (mas não só), um filósofo que se impôs, como toda a gente sabe, pelas suas concepções liberais, defensor de uma sociedade aberta contra todos os seus inimigos. Pois um desses inimigos viu-o ele, precisamente, na televisão, escrevendo um texto que se tornou célebre, em que defendeu a necessidade de uma lei para a televisão. Esta incluiria a obrigatoriedade de uma autorização, licença ou carteira para todos os produtores de programas, técnicos, operadores de câmara e restantes profissionais, bem como a de frequentarem cursos de formação adequada.[1]

Essa licença ou autorização poderiam ser retiradas por uma Ordem semelhante à Ordem dos Médicos, dos Advogados, dos Engenheiros, etc., em caso de quebra de certos princípios. Tudo isto o defendia ele em nome da democracia, a qual «consiste em submeter o poder político a um controle», sendo que, hoje em dia, o poder da televisão é o mais importante de todos, «como se tivesse substituído a voz de Deus».

Apocalíptica esta visão? Censória?

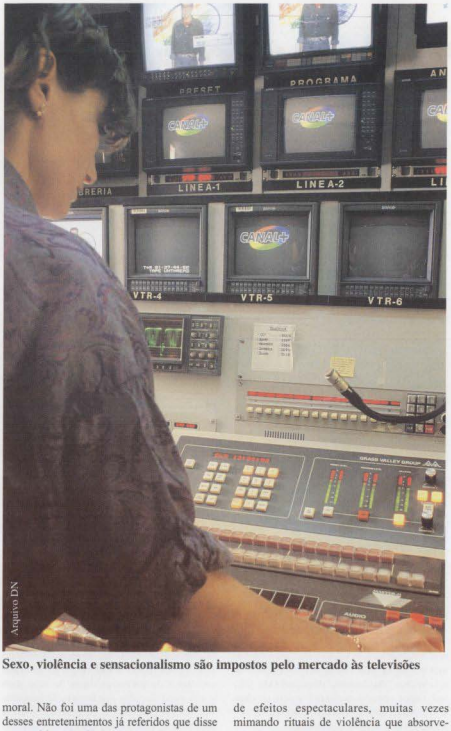
A verdade é que, recentemente, um sociólogo de outra origem cultural – Pierre Bourdieu - nos veio dar um panorama sobre a famosa caixa mágica que não diverge assim tanto do pessimismo de Popper. Antes pelo contrário. No seu *Sobre a televisão*[2], também ele acentua o enorme poder desta, um poder que vai ao ponto de se tornar um «instrumento de criação da realidade» (p. 15) e um «poder de intrusão» nos diversos campos de produção cultural (o artístico, o literário, o científico, o político, o jurídico, de que a transferência do poder de julgar para a cena mediática é um exemplo flagrante). Característico desse «poder de intrusão» seria, pois, o de desestruturar aqueles campos, substituindo as suas regras próprias por regras e critérios que lhes são alheios (cf., sobretudo, pp. 58 e ss. e 88 e ss.). E já que falei acima da visão censória que, porventura, possa assacar-se à posição de Popper, também é bom que se reflicta no enorme poder de censura que Bourdieu atribui aos «media», nomeadamente à televisão, através de vários formas e critérios de selecção. Entre estes, refira-se um dos mais comezinhos – o «isto passa bem ou não passa bem na televisão» e a que Giovanni Sartori, no seu *Homo videns*, se refere de uma forma curiosa, ao falar de imagem «vídeo-digna»[3] como um dos critérios selectivos ligados à exaltação do valor espectacular.

No que se refere aos efeitos sobre a democracia, Bourdieu considera a influência deletéria da televisão sob os ângulos da banalização, da superficialidade, do *entertainement*, das tagarelices insignificantes dos *talk shows*, da corrida à novidade (*scoop*), geradora de «uma espécie de amnésia permanente»[4], da caça ao espectacular, da inocuidade dos «casos do dia», todos estes factores conduzindo à demagogia e a uma despolitização global (ver em particular p. 105 e ss.).

Por força de tudo isto, temos de considerar que há também, em certo aspecto, menos informação, mesmo nos programas informativos, e até desinformação, ainda que inconsciente. Esta advém, por exemplo, da distorção provocada pela caça ao espectacular e do gosto pelo conflito, pois este tem uma carga de dramaticidade e espectacularidade (Sartori): […]«a desinformação alimenta-se das típicas distorções de uma informação que tem que ser *excitante* a qualquer preço: premiar a excentricidade e privilegiar o ataque e a agressividade» - p. 93). Mas também há desinformação consciente, como se tem visto entre nós. Basta citar o precedente daquela estação de televisão que passou a trazer para o telejornal principal do dia, e logo na sua abertura, pseudo-acontecimentos como os ocorridos num dos programas mais indigentes de entretenimento que essa estação estava a levar a efeito. Chegou-se a pontos de uma lamentável ocorrência desse programa (um acto de violência machista) ter ofuscado por completo todo o noticiário relevante do dia (relevante?... Mas o que vem a ser relevante, afinal?), nomeadamente noticiário referente às eleições para a Presidência da República. E aí está também como, violando princípios basilares (até os que postulam a distinção entre publicidade e informação), se fomenta televisivamente a despolitização e se corrói a própria democracia. É assim que, num país de escassa autonomia do ponto de vista crítico, se cria um ambiente favorável ao amorfismo e à apatia cívica.

Realmente, o que faz a televisão em horário dito nobre, senão empobrecer os espíritos? A nobreza do tempo televisivo está precisamente em descer o mais baixo possível na escala dos valores cívicos, culturais, políticos, morais. São até de assinalar os progressos que a televisão tem feito ao nível de uma degradação do humano, minando valores fundamentais que estruturam a Constituição e que deviam ser tidos como conquistas civilizacionais. É ver os atentados à dignidade humana que se escondem sob a forma do entretenimento mais frívolo, quando não mesmo abjecto e incentivador do que de mais baixo há na natureza humana. Não raro esses atentados ultrapassam a fronteira do entretenimento para se instalarem nos blocos noticiosos.

O mais curioso é a forma como se justifica esta orgia dissolvente. É, como não podia deixar de ser, através da lei do mercado, erigida em sumo princípio regulador. A televisão é assim, diz-se, porque assim o exigem as audiências, ou seja o mercado. «O mundo da televisão lê as sondagens dos seus «sucessos», como os accionistas lêem as cotações na bolsa», diz certeiramente Eduardo Lourenço[5]. Não sei é se a própria televisão não faz o mercado, incentivando, em nome de uma concorrência cada vez mais inescrupulosa, as pulsões mais sombrias que habitam o interior do telespectador ou apelando insidiosamente ao desejo de notoriedade de cada qual. O mercado, portanto, como pretensa instância legitimadora em absoluto, à semelhança do que ocorre, aliás, por toda a parte, no mundo globalizado e unipolar. O mercado como instância que devora todas as outras instâncias e, nomeadamente, a instância



Arquivo DN

Sexo, violência e sensacionalismo são impostos pelo mercado às televisões

moral. Não foi uma das protagonistas de um desses entretenimentos já referidos que disse que «a ética não dá de comer a ninguém»?

Símbolo do esvaziamento de valores que caracteriza a nossa época e da artificialidade e transitoriedade (diria antes: instantaneidade) dos valores que se pretendem impor é a forma como esta realidade mediática transforma gente anónima em heróis de um dia para o outro. De repente, sem uma base consistente que as apoie, estas criaturas, dispostas a tudo sacrificarem para se erguerem no trampolim fugaz da notoriedade, aparecem como ídolos das multidões, entronizadas nos telejornais e noticiários de toda a ordem. Não admira, por isso, que muitos dos que não têm outra forma de se impor, de dar visibilidade aos seus reais problemas e às suas reais dificuldades, se socorram de actos de efeitos espectaculares, muitas vezes mimando rituais de violência que absorveram da própria televisão, para se transformarem em protagonistas, em personagens dos *media*, com direito, ao menos uma vez, a audição pública. Não é isso, também, que procuram muitos jovens delinquentes e tantos dos chamados «excluídos»? Praticar um qualquer acto violento, desses que a televisão se obceca em mostrar, um desses actos que os catapulte para a cena dos «media» e os redima de um anonimato intolerável?

Sexo, violência, sensacionalismo. Eis a tríade excelsa que, pelos vistos, o mercado impõe. Não há nada a fazer, dizem. A televisão não tem que se preocupar com a formação (educação) dos telespectadores, dizem os liberais mais cínicos, invocando, em jeito de chacota, a figura maoísta do «grande educador». Leiam, porém, esses liberais de trazer por casa o filósofo liberal Karl Popper. Ele diz, na obra já citada, que a televisão poderia ser «um notável instrumento de educação», embora seja muito difícil («uma tarefa particularmente árdua») «transformá-la numa instância culturalmente benéfica». E ainda: «O que as pessoas da televisão devem aprender a partir de agora é que a educação é necessária em qualquer sociedade civilizada...» «Ora, a civilização consiste essencialmente na redução da violência» (p. 27). Daí que o Estado de direito deva «preservar os sentimentos elementares de justiça e da não violência, os únicos que, em último recurso, podem assegurar-lhe um carácter humano» (do *posfácio*).

Uma boa televisão não pode ser desligada de um serviço público, sendo certo que não podemos alhear-nos hoje de que ela é «instância de socialização principal, se não mesmo exclusiva, das crianças» e de que a sociedade democrática não pode «aceitar que as funções estruturantes tradicionalmente asseguradas pela família, pela escola e pela vizinhança, sejam a partir de agora abandonadas às contingências dos índices das audiências» (Jean Baudouin, *posfácio*).

Um serviço público, alternativo ao que existe, com carácter de regularidade, acho eu que tem de ser assegurado pelo Estado, embora não seja exclusivo dele, porque também há serviço público nas estações comerciais, mas com carácter secundário e em plena dependência do fim exclusivo que perseguem: «fazer vender», na expressão de Condry. E mesmo isso não chegará. Impõe-se disciplinar as estações comerciais, fazendo-as respeitar determinadas regras, de forma a que o mercado não tenha império absoluto. Se se não pode obrigar essas estações a fazer serviço público, que se criem mecanismos destinados a, em casos-limite, evitar a barbárie. Em nome da cidadania e da democracia. ■

---

*Procurador-geral adjunto

[1]*Uma lei para a televisão*, incluído no volume Karl Popper – John Condry - *Televisão. Um perigo para a democracia*, edição Gradiva, Lisboa – 1995, que contém um outro texto de CONDRY – *Ladra do tempo, criada infiel* e ainda um posfácio de Jean Baudouin – *Rumo à sociedade aberta.*

[2]Bourdieu, *Sobre a Televisão*, Celta Editora, 2001, Oeiras.

[3]Sartori, *Homo videns – La sociedade teledirigida* (trad. espanhola), edição Taurus, 1998, Madrid

[4]Condry (ver *ob. cit.* nota 1, p. 45) fala do «elogio do presente», ou seja, a falta de ligação do presente com o passado e com o futuro, o que dá azo a uma informação descosida e superficial.

[5]*O Esplendor do Caos*, edição Gradiva, 1998, Lisboa, p. 36.

OPINIÃO

Guerras sem fron

DAVID MARTELO

NA SUA EDIÇÃO de 24 de Junho de 2002, a revista americana *Time* dava conta de uma opinião de Robert Turner, professor de Direito, sobre segurança e liberdades. Dirigindo-se à sociedade norte-americana, Turner afirmava que «se errarmos demasiado no capítulo das liberdades cívicas, um número aterrador de americanos poderá perder a vida». Colocando a frase no seu contexto, o que o professor americano pretendia enfatizar era que, nas actuais circunstâncias de ameaça terrorista, o respeito tradicional pela liberdade dos cidadãos poderia ter consequências fatais para a vida dos mesmos.

Tratando-se de uma opinião naturalmente controversa, a própria revista, na sua edição de 22 de Julho seguinte, não deixou de registar a reacção de alguns leitores às declarações de Turner. Um deles, com bastante sentido da história, replicou:

«Com que então, o professor Turner acredita que 'se errarmos demasiado no capítulo das liberdades cívicas, um número aterrador de americanos poderá perder a vida'. Tem piada, eu pensava que um número aterrador de americanos perdeu a vida defendendo essas mesmas liberdades!»

Apetece aplaudir, não é verdade? Todavia, para quem consiga manter um pouco de lucidez, no meio das emoções e da repulsa que a actual situação internacional diariamente suscita, é preferível fazer uma pausa para, no fundo, reexaminar o mundo em que vivemos. Importa compreender se esse mundo é, ainda, basicamente semelhante àquele que, há pouco mais de dois séculos, viu nascer e consolidar as liberdades que nos habituámos a usufruir, respeitar e defender.

A questão tem razão de ser por se terem diluído os limites entre «Guerra» e «Paz», o que dificulta tremendamente a aplicação de normas internacionalmente aceites para salvaguarda dos direitos humanos dos que combatem. Mas não só, porque, mesmo quando admitimos que se trava algo de semelhante a uma guerra, deixam de ter sentido os conceitos – geográfico e táctico – de «Frente» e «Retaguarda», sendo que, frequentemente, é na zona que dantes designávamos por retaguarda que, agora, se desenrola o combate principal. Assim, contrariamente ao conceito clássico em que a guerra se concebia como um choque entre forças armadas de estados soberanos, as vítimas da guerra são hoje, sobretudo – e com que desproporção! – elementos desarmados da população civil e não os cidadãos em uniforme de um passado não muito longínquo. Até a chamada «guerra revolucionária» tem vindo a ser, progressivamente, menos utilizada na sua modalidade de «guerrilha», duplamente desvalorizada pelo seu menor impacto mediático e pela prudente retirada das potências dominantes de situações propícias a tais conflitos.

As vítimas da guerra são hoje, sobretudo - e com que desproporção - elementos desa

Encontram-se, por conseguinte, em evidente processo de obsolescência, conceitos e termos que, até há bem pouco tempo, pareciam fazer todo o sentido. Na verdade, devemos interrogar-nos sobre que tipo de certezas, de utilidade ou de conteúdo poderão ter hoje, num cenário de guerra, expressões como: Fronteiras; Declaração de guerra; Prisioneiro de guerra; Tratado de paz; Mobilização de reservistas; Vitória; Glória.

Tão profundas alterações na forma de fazer a guerra devem-se, sobretudo, ao cada vez maior desequilíbrio entre o poderio militar da generalidade dos estados e a força crescente dos Estados Unidos, responsáveis por 31 por cento das despesas militares mundiais (Rússia 6 por cento; China 3 por cento - valores de 2000). O seu devastador poderio aéreo, convidando a um emprego da força com risco de baixas próximo de zero para quem ataca (mesmo que à custa de lamentáveis efeitos colaterais e de dramáticos erros de cálculo), colocou os seus potenciais inimigos numa situação de grande humilhação, por se ter desfeito o conceito milenar de que «quem vai à guerra, dá e leva». Perante esta sensação de total impotência, desenvolve-se a ideia do ataque suicida no qual se aceitam os 100 por cento de baixas a troco de danos muito superiores na população inimiga (já não nas forças armadas do adversário, como sucedia nas guerras convencionais e na maior parte das operações de guerrilha). O terrorismo, praticado no seio da nação inimiga através de elementos de outra nação residentes no mesmo espaço territorial – as «colónias interiores» a que se referiu o prof. Adriano Moreira (DN 27-08-2002) –, desenvolveu-se, nos últimos anos, de forma cada vez mais difícil de controlar porque, na rea-

teiras

rmados da população civil e não os cidadãos em uniforme

lidade, a sua implementação assenta, precisamente, no funcionamento das liberdades cívicas existentes nos territórios onde vivem as populações a atingir.

Perante a esmagadora superioridade militar dos EUA, a única forma de combate capaz de algum sucesso é, portanto, aquela em que o inimigo não possui território nem qualquer tipo de alvos que possam ser visados pelo poderio militar americano. O conceito de estado beligerante ausentou-se por completo dos cenários internacionais, levando com ele os valores preventivos da dissuasão e o instrumento apaziguador da diplomacia. Não há que ter, por conseguinte, grande esperança em negociações, por não haver, frequentemente, com quem negociar.

A própria noção de «combatente» requer, nos nossos dias, uma profunda revisão. Se uma jovem portadora de explosivos se suicida de forma a causar a morte de civis da nação inimiga, como podemos excluir do conceito de combatente todos aqueles que, mesmo involuntariamente, participam nesta nova forma de «batalha».

Todavia, se aceitarmos que todos os cidadãos – só pelo facto de o serem – são combatentes, não estaremos a caminho de lhes conferir o estatuto militar e, consequentemente, a tornar compreensível que se lhes apliquem restrições ao exercício de direitos de forma algo semelhante aos previstos para os militares no activo?

A questão das liberdades coloca-se, outrossim, no que concerne à luta contra o crime organizado de raiz não-política. Também as grandes organizações criminosas assentam a sua actividade nas liberdades correntes nos países mais desenvolvidos. Usufruem, por outro lado, de meios tecnológicos de ponta que lhes permitem violar com notável impunidade as liberdades das suas vítimas. Em entrevista à *Pública* de 29-09-2002, a Dr.ª Maria José Morgado (MJM), responsável, até há poucas semanas, pela Direcção Central de Investigação da Corrupção e Criminalidade Económica e Financeira (DCICCEF), interrogada sobre a prática de escutas telefónicas em Portugal, retorquiu:

«Eu não lhe garanto que o meu telefone não seja escutado pelos senhores dos cartéis do crime internacional, do contrabando organizado, da droga, da fraude ao IVA. Há feiras internacionais de meios de vigilância electrónica. Em Vigo, para não ir mais longe, quem tenha dinheiro pode comprar mecanismos poderosos de vigilância electrónica.»

Mais à frente, questionada sobre o risco de se estar a resvalar para práticas violadoras de princípios fundamentais, MJM anotaria:

«Não há direitos absolutos. Tem que haver uma proporcionalidade entre os direitos que são ofendidos e os direitos que são preservados. Se o crime atinge valores supra-individuais, se atinge a estabilidade democrática, como é hoje o caso, a compressão dos direitos fundamentais tem que ser maior. [...] Quando entrei na DCICCEF, alguns magistrados disseram-me: "Ah!, esses polícias aí não fazem interrogatórios, fazem entrevistas..."».

Por fim, o próprio sistema judicial – oferecendo todos os meios de resistência a quem puder pagar um bom advogado – é utilizado como amortecedor da repressão ao crime. É, ainda, MJM quem refere:

«O sistema depois arrasta-se muito em recursos. A questão é haver celeridade e não se congelar tudo com um discurso burocrático de defesa de garantias que não é defesa de garantias nenhumas, é a defesa do crime ao fim e ao cabo, porque o resultado é a impunidade.»

Podemos, por conseguinte, não concordar com as afirmações do professor Turner, mas convém reflectir sobre se algumas questões de Direito não se encontram desajustadas nas leis fundamentais dos países ocidentais – nomeadamente se se justifica a manutenção, por defeito, do conceito de «tempo de paz». É óbvio que, nesta sucessão de «fogos» que se vêm ateando nos últimos tempos, a comunidade das nações tem algo mais a fazer do que se preocupar com a acção dos «bombeiros». Mas, da mesma maneira que a anunciada aventura no Iraque coloca sérias dúvidas quanto à eficácia e à sensatez da sua concepção, também parece excesso de candura crer que tudo se resume ao desenvolvimento de acções políticas de prevenção.

Como quer que seja, tem hoje pleno cabimento afirmar, como Trotsky, que «talvez não estejas interessado na guerra, mas a guerra está interessada em ti». ■

DN - Rui Coutinho

DEBATE

O 25 de Abril concretiza

Associação 25 de Abril está a comemorar 20 anos de actividade. Trata-se de um marco importante na vida de uma associação como a nossa e, por isso mesmo, um momento adequado para se proceder à avaliação do que se fez, do que poderíamos ter edificado e não realizámos, enfim, do que está por construir. Para abrir esse debate, *O Referencial* convidou o presidente da Assembleia Geral, general Garcia dos Santos, e o presidente da Direcção, coronel Vasco Lourenço para analisarem o caminho percorrido e lançarem interrogações sobre o futuro. Acordadas as regras do frente-a-frente *O Referencial* lançou a primeira pergunta. É desse diálogo que aqui se reproduz a síntese possível.

Será que as razões que determinaram a fundação da Associação 25 de Abril ainda se mantêm 20 anos depois?

G. S. Penso até que essa razões são cada vez mais fortes, pois a sociedade portuguesa está afastada daquilo que foram os objectivos primordiais do 25 de Abril. Portanto, a existência da Associação justifica-se cada vez mais.

V. L. Como se sabe a Associação surgiu na sequência do período de transição, que se consubstanciou como medida mais visível no fim do Conselho da Revolução. Dentro das novas regras do «jogo», nós achávamos que devíamos criar um espaço de intervenção na vida nacional, não como uma espécie de vigilante da democracia ou de que o 25 de Abril fosse cumprido, mas como cidadãos como nos considerávamos e depois nos empenhámos. O facto é que não podíamos participar directamente na vida política e então criámos um espaço para os militares – muito ligado à sociedade civil – porque uma

DN - Rui Coutinho

A Associação pode ter um papel extremamente importante no esclarecimento cultural e cívico das populações. Infelizmente os partidos políticos como organismos cultivadores da mentalidade do cidadão em termos de discernimento político não está a ter a dimenção adequada

Os presidentes da Direcção e da Assembleia Geral, a convite de *O Referencial*, iniciaram a reflexão sobre os rumos da A25A

o regime em que vivemos

das nossas preocupações foi a de não permitir que os militares voltassem a ficar fechados dentro dos quartéis, sem contacto com a realidade nacional.

A afirmação do direito de cidadania...

V. L. Um espaço de intervenção dos militares juntamente com civis, porque nunca quisemos ficar isolados. A princípio, apesar de só os militares do Quadro Permanente poderem ser sócios efectivos, tivemos a preocupação de alargar à sociedade civil criando a figura do sócio apoiante. E, logo na primeira revisão dos Estatutos estabeleceu-se a possibilidade de os civis serem sócios de pleno direito. A Associação 25 de Abril aprofundou-se e ao longo destes 20 anos atingimos os objectivos que queríamos e tínhamos à partida. Não nos desviámos.

E quais eram os objectivos?

V. L. Eram fundamentalmente criar o tal espaço de intervenção, não num campo político directo, mas num campo cultural e de ensino, que é aquele que os próprios regulamentos impõem aos militares no activo. Nós não aceitámos na altura aquela máxima de Freitas do Amaral de que os militares do Conselho da Revolução (e não só) não deviam ter a mínima hipótese de sobrevivência política ou de intervenção política. Não aceitámos o estatuto de cidadãos de segunda, achámos que tínhamos responsabilidades, assumimo-las e temos vindo a intervir dentro do campo cultural e cívico.

G. S. Há um outro aspecto em que o papel da Associação pode ser extremamente importante, porque infelizmente penso que a intervenção dos partidos políticos como organismos cultivadores da mentalidade do cidadão, em termos de discernimento político e cívico, não está a ter a dimensão adequada. Esse esclarecimento cultural e cívico, mais do que propriamente político, não tem havido. Mesmo nas escolas, não obstante a disciplina de Educação Cívica, esse esclarecimento afigura-se ainda muito incipiente. E, aí a Associação pode desempenhar uma tarefa interessante. Nesta altura, penalizo-me por não ter aceite participar nas sessões comemorativas do 25 Abril nas escolas. Fi-lo apenas uma vez há muito anos numa escola na Bobadela. E fiquei espantando com o interesse das crianças e da necessidade que sentem que lhes expliquem o que foi o 25 de Abril. Por isso, justifica-se perfeitamente a existência da Associação 25 de Abril e a sua intervenção nesta área.

DN - Rui Coutinho

Hoje é mais fácil passar a mensagem...

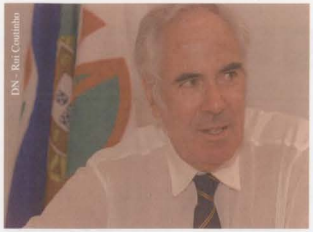
G. S. Quando a Associação 25 de Abril nasceu, criou-se uma imagem depreciativa à volta dela, havendo quem, entre outras coisas, dissesse que eramos perigosíssimos esquerdistas. Essa imagem manteve-se, ainda existe minorada. Hoje, a existência desta sede, neste local, com estas características, é uma forma de apagar o que de negativo essa imagem pode ter.

Então as coisas estão mais facilitadas...

V. L. Eu diria que hoje as condições são diferentes, mas não são mais fáceis. A Associação conseguiu de uma forma exemplar manter uma das principais características e virtudes que teve o MFA e o Movimento que levou ao 25 de Abril: a inde-

Os militares se forem fechados e isolados do resto da sociedade são facilmente instrumentalizáveis. O nosso objectivo principal foi o de não permitir este isolamento. Criámos aqui um espaço onde os militares pudessem estar com o resto da população

Estivemos sempre ao lado da democracia, da liberdade, do progresso social, da justiça social



«A instituição faz parte da sociadade civil e deve estár aberta á sociadade civil»

A Associação foi pedagógica para os militares

pendência e autonomia total em relação às diferentes forças políticas. Isso faz parte do nosso património. Estivemos sempre do lado da democracia, da liberdade, do progresso social, da justiça social, mas numa perspectiva (ás vezes chamavam-nos «frentistas») – eu assumo – onde cabiam todos os que eram pela democracia, pela liberdade, pela justiça social, pela solidariedade e pelos valores que ao longo destes quase 30 anos se têm assumido como valores progressistas. Mas, sem aceitarmos que se tomasse o partido de A, B ou C. Ainda que dentro do Movimento e da Associação, muito naturalmente, houvesse pessoas mais à esquerda ou à direita, mais ligadas a este partido ou àquele, não é proibido – nem nunca o questionámos – que alguma pessoa pertencesse a algum partido. Porém, como militares no activo não podiam pertencer.

A Associação na sua génese foi fundada por militares. Porque convidaram depois os civis?

V. L. Eu costumo usar uma imagem que é a seguinte: os militares têm as armas, são um «bicho» muito complicado. Têm as suas características próprias, a sua deontologia, têm qualidades e defeitos como qualquer grupo e qualquer cidadão. E, se forem fechados e isolados do resto da sociedade são facilmente instrumentalizáveis. Isso aconteceu durante quase cerca de 50 anos. O poder sabia-o e fazia aquilo que chamávamos de «miséria dourada»: dava umas benesses, criava um estatuto muito artificial, encerrou numa campânula os militares do resto da sociedade e eles faziam asneiras. Ora o nosso objectivo principal foi o de não permitir este isolamento. Pretendíamos lançar pontes de contacto com as populações. Portanto, o espaço não podia ser fechado e por isso criámos aqui um espaço onde os militares pudessem estar com o resto da população. Isso foi

atingido e com resultados bastante democráticos.

G. S. É conhecido que na generalidade os militares de Abril, do ponto de vista do seu pensamento político, se assim se pode dizer, têm um leque muito grande – desde o pensamento de esquerda até um pensamento mais conservador. Fundamentalmente são democratas. Quando fui chefe de Estado-Maior do Exército algumas pessoas odiavam-me de morte porque, diziam, eu era um perigoso esquerdista. Um determinado militar de alta patente, estava na prateleira. Tratava-se de um homem de espírito muito conservador, para ser benevolente em relação a essa figura. Como nunca gostei que houvesse pessoas na prateleira, chamei esse militar e disse: «Eu sei que estás assim e, assim, tens problemas de família, pessoais, não gosto disso, vou nomear-te. O tipo abriu os olhos de espanto e disse-me: «É incrível, eu pensei que viesses para aqui partir isto tudo.» «Não, estás enganado, não é essa a minha ideia de comando e orientação de política dentro do Exército.» Outro aspecto muito importante, e infelizmente estamos a voltar para trás, é a abertura da instituição militar à sociedade civil. Um militar é um cidadão de parte inteira, em todos os aspectos, e deve fazer parte da sociedade como qualquer outro cidadão. É militar, como pode ser engenheiro, ou ter qualquer outra ocupação. Militar é a sua profissão. A instituição militar é um órgão da sociedade. Eu acho horrível e fico nervoso quando oiço chamar sociedade civil. A instituição militar faz parte dessa sociedade civil e a instituição deve estar aberta à sociedade civil. Eu estive na Alemanha quando fui chefe de Estado-Maior do Exército e das coisas que me espantou foi ver os quartéis na província ao fim-de-semana. Estavam abertos à população, os miúdos andavam em cima dos carros de combate, jogavam futebol no campo de futebol da unidade. Porque é que os nossos campos de futebol das unidades não estão abertos população? Democracia e abertura às populações locais são dois aspectos muito importantes. A Associação 25 de Abril aí tem um papel também muito relevante.

> O forte do Bom Sucesso, primeira sede da associação, é memória infeliz da forma como os poderes trataram a A25A

V. L. É bom que fique claro: a Associação 25 de Abril foi pedagógica para os próprios militares, porque estas ideias não são absolutamente claras e aceites por todos os militares. Os militares têm tendência a fechar-se e nós devemos obrigá-los a abrir-se. Na altura da criação da Associação não foi possível. Tivemos algumas discussões fortes. É evidente que queríamos alargar ao máximo a Associação conseguimos. A Associação desde o início foi fundada por cerca de 95 por cento dos militares de Abril. Houve um núcleo dos militares de Abril que desde o início se afastou da Associação, que foi o núcleo spinolista, havendo alguns elementos desse grupo spinolista como sócios desde o início que não ficaram, porque não quiseram. Mas, como o grupo também é pequeno, acabaram por ficar cerca de 95 por cento dos militares de Abril, quer dos que fizeram o 25 de Abril, quer dos que se envolveram depois no processo. Mas o máximo que foi possível, como já disse, foi abrir a qualidade de apoiantes aos civis, e eu tive alguma intervenção directa nisso. Hoje temos um número de sócios civis equivalente ao de militares.

Falaram já de memórias. Propunha-lhes que falásseis agora de testemunhos e impulsos para o futuro.

V. L. Ainda em relação ao passado queria sublinhar a característica da nossa autonomia e independência. Isso criou-nos imensos problemas. A Associação foi durante algum tempo muito mal tratada pelos poderes. Temos sido fortemente acarinhados pela população de uma maneira geral, é uma das nossas glórias. Com o poder tivemos problemas desde o início, problemas graves, precisamente porque quisemos manter-nos independentes. Por exemplo, o problema da sede: começámos a Associação numas instalações aproveitando o facto de o actual presidente da assembleia geral ser, na altura, o chefe de Estado-Maior do Exército. Assumimos o compromisso de não levantarmos problemas à nossa saída de lá, caso o Exército precisasse das instalações. Assim que o general Garcia dos Santos cessou funções de chefe de Estado-Maior do Exército, fomos expulsos pelo seu substituto, num processo extraordinariamente hipócrita, porque ele arranjou um argumento falacioso dizendo que o Exército precisava da sede. Os corpos sociais da Associação honraram o seu compromisso e tiveram de vencer resistências de

Associação guarda os v

sócios que ameaçavam resistir. E é bom que se saiba que muitos dos problemas que nos criaram tinham a ver com o facto de o Presidente da República, o general Ramalho Eanes ser nosso associado. Sofremos muito as consequências da luta que houve nos anos 80 entre o general Ramalho Eanes e o doutor Mário Soares, que era o primeiro-ministro. O 10.º aniversário foi complicado porque tivemos de assumir posições frontais contra as posições do Governo. Bem, o 15.º já foi muito melhor, e o 20.º aniversário do 25 de Abril, como o ex-primeiro-ministro que era então o Presidente da República, o dr. Mário Soares, nós conseguimos fazer comemorações comuns extraordinariamente importantes. A Associação foi condecorada com a Ordem da Liberdade na altura pelo Presidente da República. Fruto dessa nossa posição responsável, conseguimos ganhar de facto o estatuto de dignidade e de aceitação junto do poder. Após um processo complicado foi o governo de Cavaco Silva que nos deu esta sede, estas instalações. Começou primeiro no Instituto do Vinho do Porto e depois acabámos por vir para aqui. E mais: conseguimos ter na altura grandes relações. Ele chegou a conceder-nos o terreno para construirmos. O apoio maior acabou por ser dado pelo engenheiro António Guterres para hoje podermos ter esta sede. Isto demonstra de facto que a Associação não tem posições partidárias.

E quanto ao futuro...

V. L. Estamos com um projecto ambicioso – o Observatório da Democracia – e que pensamos lançar quando for o 20.º aniversário da Associação. Queremos alargar às várias entidades, não tendo no Observatório entidades enquanto tal, mas pessoas que sejam oriundas de todas as zonas de actividade e que abranjam também todo o campo ideológico para ver o «porquê» do estado da democracia em Portugal. Ainda há pouco o Garcia dos Santos alertava a dimensão cultural e cívica dos portugueses. Não sei como é nos outros sítios mas, entre nós, os portugueses gostam que lhes tirem as castanhas do lume. Essa é uma das grandes preocupações que temos de ter: levar as pessoas a participar e a não ficarem à espera que os outros lhes resolvam os problemas.

A Associação pode ou não recolher frutos de acordos ou protocolos celebrados com terceiros?

V. L. A essência da Associação constitui, ela própria, uma guarda dos valores de Abril. Depois, há um Centro de Documentação 25 de Abril (em Coimbra), que não é da Associação, é da Universidade

DN - Ricardo Saavedra

Os apoios obtidos nos últimos 10 anos demonstram o apartidarismo da A25A

e nós temos um protocolo com eles desde o início. O primeiro acto da constituição do Centro foi a assinatura de um protocolo connosco. Todo o nosso material, praticamente, está lá. Fizemos e temos vindo a fazer recolha e isso é uma discussão que está na ordem do dia: o problema do Centro de Documentação. A nossa aposta – e eu sou defensor disso e sei que não sou acompanhado a cem por cento por toda a gente é esta: não temos capacidade para montar um bom centro de documentação. Por isso entendo que devemos pôr ao serviço do Centro de Documentação 25 de Abril em Coimbra todo o nosso espólio. Devemos procurar adquirir mais espólio e pô-lo ao serviço do Centro, tendo lá a possibilidade de o utilizarmos como entendermos.

G. S. Não sabia que havia pessoas com oposições firmes a essa ideia. Eu estou totalmente de acordo. Não temos condições técnicas e a Universidade, em princípio, tem uma vida eterna – em termos da vida humana – e a Associação pode não ter.

V. L. Tem-se discutido muito o problema de termos aqui um centro de documenta-

valores de Abril

ção desde o início e eu defendo que devemos ter aqui – na sede – um centro de consulta. Ou seja podemos ter aqui cópias de alguns documentos, não muitos, e ter capacidade de consulta e condições informáticas para, se for necessário, fazer cá chegar alguns documentos que haja dificuldade de ir consultar em Coimbra. Esta é a minha aposta. A Delegação do Norte, com sede no Porto, está também a ambicionar criar lá um centro de documentação e por isso é que eu digo que o tema está na ordem do dia. Defendo, por exemplo, que se constitua aqui uma boa biblioteca ligada ao 25 de Abril e que ainda não temos. Considero isso fundamental. Mas a teoria deve ser esta: o Centro de Documentação é em Coimbra, na Universidade. Aqui e no Porto, devem funcionar em extensão. E as próprias delegações da Associação podem estar ligadas informaticamente, nada disso é impossível hoje.

Temos portanto dois objectivos para o futuro: o Observatório da Democracia e a revitalização do Centro de documentação.

V. L. Exactamente, aqui e no Porto. Mas ainda não conseguimos criar essas condições, por falta de apoios. Não temos meios, queremos ver se fazemos protocolos com algumas entidades que apoiem actividades concretas. Vamos ver.

G. S. E não só meios financeiros, são também necessários meios humanos, porque há pouca gente disponível para este tipo de coisas.

V. L. O problema é ter dinheiro para pagar e a Associação está mal habituada. Ao longo da nossa vida temos vivido praticamente do voluntariado.

Uma pergunta provocatória: nunca vos passou pela cabeça que a Associação possa tornar-se num grupo de comensais?

V. L. Essa questão coloca-se sempre que há os actos comemorativos: «lá vêm os jarretas, cada vez mais jarretas, qualquer dia de bengalinha, comemorar, educar, etc». É uma faceta que é inultrapassável...

Até pela ordem natural das coisas...

V. L. Quanto ao restaurante quero dizer que o encaro como um elemento dinamizador da actividade associativa, independentemente de tudo o resto. Aqui para a sede, foi uma das apostas que fizemos. Acho que resultou bem, sobretudo porque não está aberto ao público em geral – só está aberto a sócios e convidados – circunstância que permite criar um tipo de relações num ambiente extraordinário.

As pessoas encontram-se à mesa...

V. L. De facto conseguimos criar aqui esse ambiente – não queríamos uma tasca nem um restaurante de luxo – digno, onde as pessoas se sentem bem. E a existência do restaurante já fez aumentar o número de sócios de forma significativa. Esta sede vai permitir-nos uma outra capacidade de intervenção.

Como poderá a Associação abrir as suas portas às escolas e porventura trazê-las aqui?

V. L. Temos feito alguma tentativa de encontrar acordos semi-institucionais. Ao longo destes anos todos, essa tem sido talvez a actividade maior que a Associação promove, nomeadamente quando nos aproximamos do aniversário do 25 de abril, em que existem muitas escolas que nos pedem para irem lá militares. E nós temos procurado convencer militares, uns correspondem mais outros menos, quer por feitio quer por militância. O problema é este, como eu costumo dizer: sinto-me transformado em professor de História, por um lado, e por outro ando há 30 anos a fazer viagens a percorrer o país – primeiro na conspiração e depois sem ser – a pagar a gasolina e as despesas, e isso também cansa.

Como assim?

V. L. Já começámos a dizer: fazem-nos o convite, mas têm de pagar no mínimo o «transporte» – nunca ninguém levou «cachet», fizemos disso sempre ponto de honra – mas depois chegamos aos sítios e vemos as condições das comissões que se formam para organizar as comemorações do 25 de Abril, ou das próprias escolas que pedem para preenchermos papéis para ver se depois recebem o dinheiro e a maior parte das vezes dizemos que se o dinheiro chegar que façam qualquer coisa a bem das escolas. Mas isso cansa. Há outro problema grave que temos permanentemente, não tanto nas escolas, mas principalmente nas autarquias, que só querem uma figura conhecida que tivesse andado na ribalta, o que é tramado. O grupo é cada vez mais pequeno. Às vezes aceitam, mas depois quem vai lá não se sente tão acarinhado como devia, porque não é a figura conhecida que eles esperavam. Fizemos já uma tentativa com o Ministério da Educação para fazer um protocolo em que recebêssemos um subsídio que nos permitisse apoiar este tipo de actividades e dizer a um militar que tivesse de ir aqui ou ali «pega lá para a gasolina e o almoço, porque o Ministério paga isto». Porque isto é actividade educativa! Claro que nunca conseguimos.

Mas não desistiram?

V. L. Não. É nossa intenção avançar, neste aspecto, para duas coisas: um protocolo que nos permita responder com algumas condições às escolas. A outra é usar e explorar o boletim para ver se conseguimos criar uma ligação às escolas. Vamos ver se conseguimos junto do Ministério da Educação...

E da Cultura também...

V. L. Sim. Aliás eu tinha feito um contacto há tempos com o Ministério da Cultura porque achava que a Associação devia ter um apoio qualquer – sermos tratados como as outras associações – e disseram-me traga um projecto concreto que nós analisamos.

G. S. Sobre isto tenho uma opinião um bocado mais crítica que o Vasco Lourenço. Primeiro é preciso que a gente tenha a sensação – e ele tem com certeza – que, enquanto há escolas que tratam, permitam-me o termo, carinhosamente o 25 de Abril, outras ignoram-no, pura e simplesmente. Isto nos dois extremos, depois há os intermédios. Há o pró-25 de Abril e o contra-25 de Abril, mesmo a nível escolar e a nível, inclusivamente, de conselhos directivos. Mas eu acho que o 25 de Abril faz parte da História e por isso tudo isto deveria ser tratado através da disciplina de História. Recordei há pouco a minha experiência da ida à escola da Bobadela e era impressionante o carinho com que aqueles professores, o conselho directivo e os miúdos, tratavam o 25 de Abril, com exposições, com bonecos, tudo! Mas há o aposto. Acho que a Associação 25 de Abril não deve demitir-se de responder, sempre que possível, a qualquer solicitação dessas. Mas a Associação querer forçar uma imposição de ir às escolas, não.

V. L. Eu não quero forçar. Concordo consigo, mas é preciso estar disponível e divulgar que se está disponível. O que eu digo é que em vez de ser a escola, a pedir para lá irmos, ter de pagar, haver um acordo com o Ministério. Mas concordo totalmente consigo que, nesse aspecto é o próprio sistema de educação que está péssimo.

G. S. Vou contar-lhe uma história que nunca lhe contei. Como engenheiro civil que era – antes e depois do 25 de Abril, mas sobretudo antes – trabalhei como engenheiro civil e tinha um conjunto de sócios. Nós comprávamos terrenos, vendíamos, construíamos, etc. Quando se deu o 25 de Abril, um deles criou-me um ódio de morte por nada lhe ter dito, pois os negócios foram prejudicados. Também por isso há pessoas que continuam a odiar o 25 de Abril.

V. L. Em relação ao 25 de Abril costumo dizer que mesmo os que dizem que são contra, não têm coragem para o dizer. São contra uma certa imagem que se formou depois do 25 de Abril em si. O 25 de Abril é a concretização, é o regime em que vivemos. ■

As alterações climáticas

(Continuado do número anterior)

RUI G. MOURA

POR AQUI SE VÊ quão incertos são os resultados anunciados pelo IPCC. Os modelos estão constantemente a receber aperfeiçoamentos e são anunciados frequentemente resultados diferentes, provenientes de várias origens. Parece que todos desconfiam de todos, tanto nos modelos como nas hipóteses de base.

Recentemente, em 2001, o prof. James Hansen, respeitado director do Goddard Flight Center, da NASA, que foi um forte apoiante das teses do IPCC, afastou-se das conclusões deste organismo internacional, e apresentou resultados menos apocalípticos para 2050 (já não arriscou o seu prestígio ao estender os estudos até ao fim do século): sobreaquecimentos, em relação a 1990, de 0,65 ºC a 0,75 ºC. Isto é, em relação ao IPCC, o valor mais alto anunciado por James Hansen é já quase inferior ao valor mais baixo do IPCC (0,7 ºC – 2,7 ºC).

Anteriormente, em 1997, o IPCC conseguiu, com o apoio da União Europeia, a aprovação do Protocolo de Quioto que não foi subscrito pela globalidade dos países membros da ONU. Este documento fica muito aquém, em realismo, do Protocolo de Montreal, que se aplicava aos CFC e que teve um enorme sucesso. Trata-se, agora, de um tratado que, embora diga respeito a todos os GEE, tem quase como objectivo único o ataque aos produtos petrolíferos.

Ora, embora o dióxido de carbono apresente de facto um efeito de estufa equivalente aos outros GEE todos juntos, as suas emissões são muito mais difíceis de reduzir do que estoutros gases. Só através de desenvolvimentos tecnológicos importantes (novos veículos automóveis e novos métodos de produção de energia eléctrica, por exemplo), ou de abrandamentos nos desenvolvimentos económicos, ou das dificuldades de abastecimento petrolífero é que se conseguirá em 2010 uma redução significativa das emissões de dióxido de carbono.

Era preferível começar por atacar os outros GEE mais fáceis de reduzir ou mesmo de eliminar (não esquecer que representam, no conjunto, tanto como o dióxido de carbono) de modo a deixar o caminho aberto para a posterior redução do dióxido de carbono sem roturas económicas e sociais. Na realidade, a produção de dióxido de carbono é pouco elástica, isto é, o seu crescimento em relação ao crescimento do PIB apresenta valores difíceis de fazer baixar. Já o mesmo não se passa no que diz respeito ao metano, ao óxido nitroso (este menos), e aos 3 compostos de halogéneos (HFC, PFC, SF6).

> O nosso planeta é heterogéneo, com oceanos, continentes, florestas, nuvens e camadas de gelo com diferentes temperaturas. Cada uma destas zonas emite diferentes quantidades de radiação.

Plano Nacional para as Alterações Climáticas

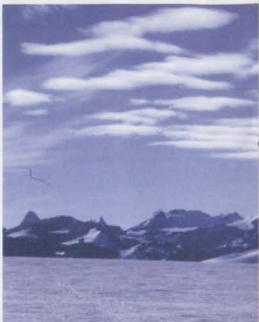
No âmbito do Protocolo de Quioto assinado em 1997, a União Europeia em conjunto e Portugal em separado comprometeram-se a diminuir ou a mitigar as emissões dos GEE em 2010 relativamente a 1990.

Daí nasceu o Plano Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) – versão 2001 que tem estado em debate público (*). Infelizmente, este debate tem passado despercebido dos portugueses que teriam o maior interesse em discuti-lo pois se trata de um documento que pode vir a balizar todo o desenvolvimento económico do País nos tempos mais próximos.

As principais críticas em relação ao PNAC situam-se no seu timing de apresentação ao público e no anexo que foi incluído desnecessariamente. Portugal assinou um compromisso em 1997 sem ter realizado qualquer estudo específico para avaliar da sua exequibilidade. Aliás, em 1992 o Plano Energético Nacional já tinha determinado valores de emissões de dióxido de carbono para 2010 que eram suficientemente elucidativos para os nossos governantes não se comprometerem com o valor irrealista acordado em Quioto.

Agora é que se anda a estudar, através do PNAC-2001, o modo de cumprir o Protocolo de Quioto, quando o valor do objectivo para 2010 até já foi ultrapassado no ano 2000. Além disso, as medidas que se preconizam incidem essencialmente no castigo de toda a sociedade portuguesa, através de mais impostos sobre a energia e de multas, quando para se obter a adesão do público era preferível dar prémios aos bem comportados.

Com impostos e multas não vai ser fácil verificar-se a adesão da população e das indústrias grandes consumidoras de combustíveis como era necessário que acontecesse. Contrariamente, os incentivos seriam mais indicados para a compreensão do público e dos gestores. Assim, a título de exemplo, se os utilizadores de transportes colectivos, a maioria da população, pudessem descontar



as respectivas despesas no IRS, chamaria a atenção para a existência do PNAC e obteria facilmente a adesão da opinião pública portuguesa.

Mas não é só Portugal que está com problemas de incumprimento. Na União Europeia, apenas o Reino Unido e a Alemanha vão seguindo no bom caminho. Aquele país por ter trocado o carvão pelo gás natural e este por abrandamento da sua economia. É o que acontece quando se colocam os desejos à frente das realidades. O mal é que estão previstas sanções para os países que não cumprirem o compromisso de Quioto...Eis a seriedade com que a UE fez a gestão do dossier de Quioto pressionada que foi pelo lobby do clima que não larga Bruxelas com exigências absurdas.

O PNAC esquece imperdoavelmente a promoção urgente da reanimação dos investimentos em aproveitamentos hidroeléctricos nacionais que estão apenas utilizados em cerca de metade do seu potencial. Esta forma de produção de energia eléctrica além de não emitir GEE ainda produz aerossóis que fazem baixar a temperatura regional e local.

O Alqueva, de acordo com o explicado pela prof.ª Ana Maria Silva, da Universidade de Évora, em Conferência recente realizada no Instituto Superior Técnico, vai fazer baixar a temperatura do local de 7 ºC em relação aos valores actuais! Esta possível redução dos efeitos das alterações climáticas foi assinalada logo no início do artigo quando se falou nos factores de redução e de aumento.

e as adivinhas do futuro

Como se disse atrás, os responsáveis do PNAC tiveram a infeliz ideia de anexar um estudo, designado por SIAM, que não tem qualquer valor científico. De facto, contrariamente ao PNAC propriamente dito que se ocupa de um prazo de dez anos (2000-2010) sem determinar sobreaquecimentos, o SIAM anuncia sobreaquecimentos para Portugal em 2100 que transformariam o apocalipse global do IPCC num cenário infernal para Portugal com todos os males do mundo. Este estudo do SIAM é o mesmo que intoxicou a opinião pública em finais do ano passado (*Público*, *Visão*, Lusa, RTP, SIC, TVI...).

É estranho que se efectuem predições de sobreaquecimentos em Portugal para daqui a um século (caso do SIAM) e não se seja capaz de, cientificamente, os prever para daqui a dez anos (caso do PNAC)! O filosofo da ciência Mario Bunge chama "educated guess" a predições que podemos traduzir por profecias com fundamento por conhecimento do assunto em contraponto às adivinhações tout court do totobola, do totoloto ou do que vai acontecer daqui a 100 anos.

Para finalizar esta crítica sumária ao PNAC, que reproduz exaustivamente o discurso oficial do organismo da ONU, é bom saber que a probabilidade de acontecer o apocalipse climático do IPCC (sobreaquecimento de 5,8 °C em 2100 relativamente a 1990) está actualmente avaliada em menos de 5 %. Podemos dormir descansados...Quanto ao SIAM é bom nem falar em probabilidades...

E o Antárctico?

Quem leu este artigo até este ponto tem o direito de, perante as notícias que recentemente apareceram na comunicação social, fazer a seguinte pergunta: - mas afinal o Antárctico está ou não a derreter?

Para quem explora a angústia da opinião pública a resposta é sim. Mas a NASA, deu uma resposta provisória que se afasta muito desta. Fotografou o Antárctico através de um satélite e apresentou na Internet fotografias de rara beleza. Esta organização de créditos firmados chegou à conclusão que o continente Antárctico não é fixo, está em permanente movimento, e que roda constantemente. Daí que as suas penínsulas, constituídas por placas de gelo que se vão formando por escorregamento dos rios gelados, se aproximem de vez em quando de águas menos frias (no extremo sul do Chile) e consigam destacar-se do continente sem que o oceano suba um milímetro sequer pois elas já estavam a flutuar. Foi o que aconteceu após um verão extraordinariamente quente que elevou demasiado a temperatura das águas do oceano glacial próximas da península conhecida como Larsen B.

Há quem não perdoe o facto de o Antárctico estar a baixar a temperatura pelo menos há trinta anos seguidos, o que contraria as teses do IPCC que dizem que o hemisfério sul está a aquecer mais do que o norte. Aquela explicação da NASA comparada com as certezas que ouvimos estupefactos são o dia em oposição à noite das alterações climáticas da comunicação social. Também aqui podemos estar descansados, até ver, já que o continente Antárctico está cada vez mais frio, com mais gelo, com mais neve, enfim, cada vez mais belo...

Nem se deve esquecer que o efeito de estufa natural é ainda muito mais importante do que o antropogénico (causado pelo Homem), pelo que quando se diz que algum acontecimento foi devido ao aquecimento global não se deve pensar que foi devido apenas e fundamentalmente à acção humana como nos parecem fazer acreditar.

Também se ouvem queixas de que a Primavera começa cada vez mais cedo, com aves migratórias a iniciar as viagens cíclicas antes do que era normal e que os degelos de alguns cursos água ocorrem em dias do ano cada vez mais cedo. Tudo isto é anunciado como uma catástrofe. Mas a Natureza é bem mais inteligente do que alguns pensam e tudo isso se deve à necessidade que ela encontra em alargar o período anual de melhor fixação do carbono contido no dióxido de carbono, pela fotossíntese, já que a Natureza detecta estar com níveis de concentração acima do desejável. ■

(*) O autor deste artigo apresentou à Comissão do PNAC uma declaração escrita que se encontra disponível na A25A.

IN MEMORIAM

Despedida de Jaime Ca

FALECEU Jaime Carvalho da Silva no dia 9 de Agosto último. Em homenagem à memória do associado 1733 da A25A, médico estomatologista e antifascista que participou no assalto ao quartel de Beja em 1962, o coronel Varela Gomes escreveu o texto que a seguir se transcreve.

VARELA GOMES

ADEUS JAIME, Querido Amigo Fraterno. Um Grande Abraço de Saudade.

Sendo eu o mais velho cumpre-me oficiar na hora da despedida. Deixando esta memória que não desaparecerá em cinzas como o teu corpo. Nós, os que fomos a Beja - nossos filhos, netos e já bisnetos - velaremos para que tal não suceda, para que essa pequena luz/testemunho, que foi a tua vida, não fique completamente obscurecida dentro do nevoeiro da amnésia filofascista adoptada por esta II República Democrática Portuguesa.

Na estrada para Beja os nossos destinos juntaram-se até ao fim da estrada da vida. Fez exactamente quarenta anos, no primeiro dia de Janeiro deste 2002. Íamos, voluntários, cumprir o dever cívico (patriótico, se preferirem) de participar, com dezenas de outros «inconformados», numa tentativa de libertar Portugal do jugo, de um já apodrecido, fascismo salazarento. Não tivemos êxito, como é sabido. Nisso não fomos únicos, nem os primeiros; todavia, na acção revoltosa, seríamos os últimos (e únicos) até 1974, doze anos depois.

Era muito heterogéneo o «destacamento revoltoso» que se propunha derrubar o fascismo, naquela madrugada de 1962, desencadeando a revolução social. Contudo - e interessa sobremaneira que fique sublinhado - todos estávamos irmanados pelo compromisso moral, livremente assumido desde 1958, perante as populações em movimento (o Povo, se preferirem), quando no decurso da campanha presidencial de H. Delgado, gigantescas manifestações populares encheram praças e ruas por esse País fora, dando vivas à Liberdade e morras ao fascismo, à pide e à censura. Para que essas aspirações pudessem tomar corpo e converterem-se em realidade, uns tantos portugueses (não muitos) acharam que era seu dever pessoal passar à acção e resgatar a esperança colectiva. Entre esses poucos portugueses estava o Jaime Carvalho da Silva.

Na verdade, pensando bem, o Jaime reunia em si, toda a heterogeneidade dos revoltosos de Beja. Com efeito: era meio civil/meio militar (estava na tropa, tenente miliciano de Cav. 8); estudante (de medicina) e trabalhador; citadino e aldeão (nascido na Ribeira de Santarém, com laços familiares em Amiais); amando a vida, a família e os prazeres simples, mas não hesitando em hipotecar o seu bem-estar por uma causa altruísta, para que a liberdade e justiça reinassem na terra onde calhara nascer.

Durante mais de um ano partilhei com o Jaime as «amenidades» do Pavilhão C, da Cadeia-Forte de Peniche : refeições em conjunto, sob imposição da regra do silêncio: uma hora diária de convívio, ou passeio em pátio murado («recreio», na designação burocrática)

Jaime Carvalho da Silva, nono réu (num total de 87) no Processo de Beja foi condenado pelo Tribunal Plenário fascista a dois anos de prisão maior. Saiu em Novembro de 1965 do Forte de Peniche; isto é, após praticamente quatro anos de prisão efectiva com mais dois de liberdade vigiada e sujeito a medidas de segurança.

Durante mais de um ano partilhei com o Jaime as «amenidades» do Pavilhão C, da Cadeia-Forte de Peniche : refeições em conjunto, sob imposição da regra do silêncio: uma hora diária de convívio, ou passeio em pátio murado («recreio», na designação burocrática). A consistência do carácter do Jaime não era susceptível de ser afectada pelo regime prisional: máxima indiferença em relação aos carcereiros; total solidariedade para com os companheiros de cárcere. Nesse clima de tensão permanente, onde era posta à prova a têmpera de cada, um, cimentámos a nosso amizade.

Em liberdade vigiada, com as dificuldades que se podem adivinhar, o Jaime conseguiu organizar a sua vida profissional: acabar o curso de Medicina; ir trabalhando em parceria com colegas estomatologistas; finalmente montar o seu próprio consultório. O qual, a breve trecho, se converteu em ponto de ligação e encontro ao dispor dos antifascistas em geral, dos «veteranos» de Beja em particular. Foi aí, no 1° andar do n.° 12 da Rua Infante D. Pedro (à Av. de Roma) que a personalidade do Dr. Carvalho da Silva se impôs ao reconhecimento de todos aqueles que, por qualquer razão, a ele recorriam. Desde logo para cuidados de tratamento dentário. Não faço ideia de quantos foram os milhares de horas de labor profissional que o Jaime poderia inscrever na rubrica Apoio e Solidariedade. Ele jamais as contabilizou. Que foram incontáveis não restam dúvidas; pois a generosidade do nosso querido amigo era um dom natural, exercido com a simplicidade sem efeitos de quem o possui. Mas o seu consult6rio, também por outras razões era frequentado. Para desabafar, por exemplo. No gabinete dele, ao fundo da instalação, o Jaime deixava falar os pacientes sofredores com os males da Pátria; ou com agruras mais personalizadas, eventualmente. Como todos os bons médicos, também ministrava terapia psicológica.

Quando aconteceu a outra madrugada - dessa vez vitoriosa - do 25 de Abril de 1974, nós os que fomos a Beja, saudámo-la com de coisa nossa se tratasse. Cabia-nos, de pleno direito, essa legitimidade.

Jaime Carvalho da Silva procurou dentro do Partido Socialista (juntamente com Manuel Serra) uma via compatível com os ideais de ruptura e revolução social pelos quais se batera em Beja. Cedo (ambos) se desenganaram. Por ocasião do I Congresso do PS, em Janeiro de 75, abandonaram esse partido. Organizaram e fundaram a FSP-Frente Socialista Popular que concorreu, em Abril, às eleições para as Constituintes; tendo obtido a votação mais expressiva entre os partidos da esquerda radical. No chamado «Verão Quente» (de 1975) a FSP participou na criação da FUP - Frente de Unidade Popular, que pretendia travar a onda de terrorismo da direita e a avanço da contra-revolução. A FSP tomou parte active na candidatura de Otelo S. Carvalho às presidenciais de 1976; e, igualmente, nas seguintes em 1980.

Convencido da inutilidade do combate político no quadro partidário consentido pelo

rvalho da Silva

sistema burguês/capitalista, Carvalho da Silva dedica-se a pleitear pela causa dos independentes apartidários. Em 1987 reúne as três mil assinaturas constitucionalmente requeridas para concorrer à presidência da Câmara de Santarém. Era uma batalha de antemão perdida, como ele próprio calculava na verdade; ainda hoje continua sendo repetido o «conto do vigário» sobre a intervenção dos independentes na política democrática.

Revelando que o espírito de luta é um «vício» do seu carácter, o Jaime empreende mais uma iniciativa destinada a «provocar» a burguesia filofascista hegemónica na governação. Ao aproximar-se a idade da reforma dos 70 anos, requer lhe fosse atribuída como base para o cálculo da pensão da reforma a categoria que teria atingido na progressão normal da carreira profissional, caso esta não tivesse sido destruída devido ao seu empenhamento na Resistência Antifascista. Considerava essa categoria como equivalente a chefe de serviço (civil) ou coronel médico (militar). Mais, requeria que fossem contados para efeitos de contagem de tempo de serviço os anos de prisão e de medidas de segurança.

Note-se que o deferimento desta pretensão não se afastaria de muitos procedimentos anteriores (desde 1974, até recentemente) relativos à bela burguesia oposicionista, a proeminentes fascistas; e, pasme-se, mesmo contemplando os ex-pides que foram «reclassificados» (promovidos), para efeitos de pagamento de reformas, depois de extinta a sinistra corporação! Pois ao Jaime Carvalho da Silva foi-lhe atribuída, pelo poder democrático então gerido pelo PS, a pensão mínima de 45.520$00! O que considera um insulto, como declara em exposição ao PR datada de 24.02.2000. Ainda pouco antes de declarada a sua doença, nesta Primavera de 2002, o nosso amigo deu conhecimento à Assembleia da República (grupos parlamentares) da decisão ultrajante relativa à sua pretensão a uma reforma digna e consentânea. Veio a morrer sem que os «poderes constituídos» (a gratidão da Pátria, se preferirem) valorizassem a sua vida de luta e dedicação à causa democrática acima da pensão mínima. Trata-se, sem dúvida, da famosa amnésia filofascista, peça fundamental da política de reabilitação de meio século de tirania e ditadura; objectivo estratégico/ideológico dos sectores reaccionários que dominam os partidos burgueses (de direita e de esquerda).

O facto é que a reabilitação do fascismo parece progredir com vento a favor.

Conforme fomos obrigados a concluir - eu e o Jaime - após a intervenção do Presidente da República na sessão comemorativa do 28.º aniversário do 25 de Abril realizada no parlamento democrático. Ali, o Dr. Jorge Sampaio, empenhado estudante antifascista de 1962, esquerdista revolucionário do MES em 1974, classificou enfaticamente o «anterior regime», cujo derrubamento se celebrava como autoritarismo conservador. Assim desautorizando o recurso à violência armada no combate à tirania (que, pelos vistos, não existiu) quer pelos revoltosos de Abril, quer pelos revoltosos de Beja.

Por outro lado, a conciliatória posição de S. Ex.ª, autorizou-nos a considerá-la como resposta à exposição por nós entregue (o Jaime Carvalho da Silva e eu próprio) na Casa Militar da Presidência, em 26 de Janeiro do corrente ano de 2002. numa iniciativa destinada a assinalar o 40º aniversário da Acção Revolucionária de Beja. Em súmula, o texto concitava a actual Instituição Militar, supostamente democrática, a demarcar-se formalmente da promiscuidade cúmplice com o fascismo praticada antes do 25 de Abril. Afinal, na opinião do Exm.º Presidente da II República Democrática, o fascismo nunca existiu em Portugal; houve apenas um «autoritarismo conservador» Dentro dessa ordem de ideias ficou ignorada a nossa sugestão do Pedido de Desculpas institucional.

O nosso Jaime possuía um carácter íntegro, na acepção etimológica mais elementar: inteiro, recto, honrado; insusceptível de sofrer alteração, de ser degradado ou corrompido por acção exterior

Consoante acima se relata, Jaime Carvalho da Silva nada ficou a dever ao Estado democrático. Isso não constituiu qualquer espécie de surpresa para ele. Não foi amargura que atormentasse os seus últimos dias. Nós, os que aqui continuamos, é que ficámos mais amargurados.

No entanto, para além da memória – que é nosso dever preservar do cidadão interveniente no destino da comunidade onde nasceu e de lutador pelos ideais de uma sociedade justa e fraterna, aquilo que verdadeiramente mais depressa nos vem ao espírito, quando evocamos o Jaime Carvalho da Silva, é a qualidade do seu carácter (a personalidade, se preferirem).

O nosso Jaime possuía um carácter fora do comum, um daqueles raros exemplos que ainda nos fazem hesitar na condenação irremediável do género humano. O Jaime «gostava dos outros» no sentido de achar que lhe cabia alguma responsabilidade na felicidade alheia. Era, obviamente, agnóstico mas cumpria o preceito fundamental de todas as grandes religiões: amar o próximo. Sem precisar de reflectir, porque isso estava de acordo como seu carácter; sem alarde, sem efeitos, idem e porque a razão lhe proíbia todas as vaidades.

A integridade era um traço da personalidade do Jaime que merece destaque na época em que viveu, no seio da chamada civilização cristã-ocidental, em que a cultura do sucesso se impôs, despudoradamente, à cultura dos valores. O nosso Jaime possuía um carácter íntegro, na acepção etimológica mais elementar: inteiro, recto, honrado; insusceptível de sofrer alteração, de ser degradado ou corrompido por acção exterior. É raro, não é? Raríssimo, numa sociedade como a actual de videirinhos, vira-casacas, corruptos, cretinos e aldrabões, todos disputando um lugar na fila da frente, ou em cima do palco.

Honremos, pois, a memória do Jaime Carvalho da Silva. Nós, em primeiro lugar, os que fomos a Beja.

Porque a constelação de valores que ele praticou ate ao fim da vida – pessoais, cívicos, ideológicos, em suma, humanos – nos honra também a nós. ■

Costa e Melo um homem de eleição

CARLOS DUARTE

FALECEU no passado dia 21 de Agosto Manuel Costa e Melo, natural de Mourisca do Vouga, onde foi sepultado.

Portugal perdeu um homem que sempre lutou pelos ideais socialistas e nunca se meteu em guerras partidárias, pois sempre soube compreender os seus adversários e respeitá-los.

Como disse Mário Soares «(…) tinha por ele uma relação de admiração e respeito, pela sua figura de jurista e de resistente contra a ditadura e, depois, de democrata e homem interessado pelos problemas cívicos do País.»

Manuel Costa e Melo que morreu poucos dias antes de comemorar noventa anos foi um dos fundadores do Partido Socialista, sendo o seu militante n.º 28.

Frequentou a Universidade de Coimbra e a Universidade de Lisboa, onde se licenciou em Ciências Jurídicas.

De 1936 a 1946 exerceu advocacia e notariado nos Açores.

Em 1946 foi forçado a abandonar a função pública por ter aderido ao Movimento de Unidade Democrática. Na altura recebeu da Ordem dos Advogados importante apoio para a sua subsistência.

Em 1975 foi reintegrado no quadro dos notários da função pública.

Foi por três vezes preso pela PIDE, tendo estado detido em Caxias, juntamente com Mário Soares e João Sarabando.

É autor de vários livros de ensaio, poesia e memórias.

«(…) Aveiro e o seu distrito ficam mais pobres com a morte de um combatente indomável pela Liberdade e um homem com as qualidades intelectuais e morais que o faziam e continuarão a fazer, de certo, um exemplo para todos nós», como afirmou Filipe Neto Brandão. ■

Fernando Azevedo deixa pintura mais pobre

JOSÉ AURÉLIO

FALECEU no passado dia 28 de Agosto, o pintor e crítico de arte Fernando de Azevedo, figura relevante da vida artística e cultural portuguesa.

Foi um dos elementos geradores do Grupo Surrealista de Lisboa em 1947 e era presidente da Direcção da Sociedade Nacional de Belas Artes desde 1979.

Fernando de Azevedo foi membro activo do Movimento Democrático dos Artistas Plásticos, tendo colaborado com a nossa Associação em várias manifestações culturais e apoiado com entusiasmo o Movimento dos Capitães e o 25 de Abril.

Fez parte da Comissão Organizadora do Instituto do Património Cultural e da Comissão Organizadora do Museu Nacional de Arte Moderna do Porto – Casa de Serralves e exerceu as funções de director do Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian.

Era sócio correspondente da Academia Nacional de Belas Artes e foi presidente da Cooperativa de Gravadores Portugueses. Foi vice- presidente da Association International des Critiques d'Art (AICA) e presidente da respectiva Secção Portuguesa. Foi membro do Conselho Geral da Comissão Nacional da UNESCO.

Realizou numerosos trabalhos no âmbito da museologia e da organização de exposições no País e no estrangeiro e publicou inúmeros artigos que testemunham a sua notável actividade no campo da reflexão estética, como crítico de arte.

À sua actividade como pintor, artista gráfico e cenógrafo, aliou uma relevante acção pedagógica junto dos artistas mais jovens.

A sua obra foi premiada em exposições nacionais e internacionais e está representada em importantes colecções. Foi condecorado pelo Presidente da República, Dr. Mário Soares, com o Grau de Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. ■

António Paulouro levantou bandeiras proíbidas

JOSÉ PAULO GASCÃO

COM A MORTE de António Paulouro, fundador e director do *Jornal do Fundão*, no passado dia 29 de Agosto, deixa-nos não só um dos mais brilhantes jornalistas portugueses do século passado (levou o jornal duma pequena vila da província portuguesa a fenómeno objecto de admiração e estudo internacionais), como o homem de braços sempre abertos para recolher os amigos e gargalhada livre para sublinhar o ridículo.

Ao longo de 85 anos de vida e mais de 50 de jornalismo, levantou bandeiras proíbidas, concretizou sonhos impossíveis, travou batalhas desiguais, venceu lutas perdidas, sempre, mas sempre, solidário com os desvalidos do seu Fundão, da sua Beira, do seu Portugal, ignorando incompreensões, desvalorizando prejuízos materiais por mais avultados que fossem (e muitos foram), que a sua maneira de ser e de estar lhe trouxessem.

Inventor do Fundão como pólo cultural, defendia ser a cultura e o conhecimento elementos tão indispensáveis à vida como o pão e a casa.

Cultor da amizade como a maior das qualidades humanas, várias foram as vezes em que a defesa politicamente incorrecta dum amigo lhe trouxe amargos de boca.

Profundamente coerente com a sua opção de vida de utilizar a escrita em favor dos «condenados da terra» (e com que perfeição o fazia...), pouco lhe importava que as suas mudanças criassem inimigos poderosos e acusações de incoerência. Fê-lo em 1959 e em 1976, com evidentes prejuízos materiais, múmeros incómodos e perseguições, quando a toalha do orçamento lhe era estendida... ■

Blasco Hugo Fernandes cultivou o diálogo e a paz

CORREGEDOR DA FONSECA

COM O DESAPARECIMENTO do engº. Blasco Hugo Fernandes a democracia em Portugal perde um dos seus vultos mais prestigiados e um amigo da Associação 25 de Abril de que, aliás, era membro. Homem de convicções firmes, mas sempre aberto ao diálogo e ao debate das ideias, destacou-se na luta contra o regime fascista, tendo participado intensamente nos movimentos que visavam a implementação das liberdades cívicas, da justiça social, enfim, dos valores democráticos pelos quais lutou, o que o levou às prisões da ditadura e a perseguições que o prejudicaram na sua vida profissional. Integrou a Comissão Nacional de Candidatura do General Humberto Delgado, a Comissão Nacional dos Congressos de Oposição Democrática, foi candidato da Oposição nas eleições de 1969 e 1973 e dirigente do MDP-CDE.

Blasco Hugo Fernandes, que era presidente da Associação Intervenção Democrática - ID e deputado da Assembleia Municipal de Lisboa e da Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa, dedicou grande parte da sua vida à nobre causa da Paz,

exercendo os cargos de vice-presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação-CPPC, de membro do Secretariado do Conselho Mundial da Paz e o de Coordenador Europeu dos Movimentos de Paz.

Individualidade lúcida e interventiva, participou desde a primeira hora na comissão organizadora das manifestações do 25 de Abril. Era vice-director e membro do Conselho Redactorial da revista *Seara Nova*, director da *Razão Activa*, boletim da Fundação Internacional Racionalista; integrava o Conselho Fiscal do *Le Monde Diplomatique*, o Secretariado da Plataforma Internacional de Resistência Democrática Contra o Neo-Liberalismo (Paris), o Fórum Internacional para um Contracto de Geração Norte-Sul (Bruxelas), a Europinion - Iniciatives et Débats pour L' Union Européene, o Cercle Condorcet (Paris) e o Comité Internacional de Ligação para a Reunificação da Coreia, como vice-presidente.

Foi vogal da Comissão Nacional da FAO, director do Departamento das Relações de Trabalho Rural do Ministério do Trabalho entre os anos 1974 e 1978 e engenheiro investigador jubilado do Ministério da Agricultura. Era, ainda, membro da Associação Portuguesa de Escritores e autor de vários livros, ensaios e artigos publicados em diversos jornais e revistas nacionais e estrangeiras.

É a este nosso amigo e personalidade relevante da vida cultural, política e social que rendemos a nossa homenagem. ■

Delegação do Norte

Seminário debateu associativismo e democracia

NO PASSADO dia 15 de Julho, comemorando o 10º aniversário do Instituto das Comunidades Educativas (ICE), realizou-se no Porto um seminário subordinado ao tema «Associativismo, democracia participativa e desenvolvimento local».

O ICE constitui uma associação sem fins lucrativos de âmbito nacional e desenvolve actividades nos domínios da educação, do associativismo e do desenvolvimento local.

Esta iniciativa teve lugar na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, cujo Centro de Investigação e Intervenção Educativas acolheu ao participantes - além dos conferencistas convidados, participaram múltiplas entidades associativas, como as colectividades de carácter cultural, as associações cívicas e as federações de associações locais.

Foi objectivo dos organizadores deste seminário a constituição de um fórum de reflexão e de expressão do movimento associativo implicado na promoção da coesão social. As conferências que tiveram lugar na parte da manhã foram centradas em temas relevantes para o debate dos grupos de trabalho que se constituíram na parte da tarde. Associativismo e Desenvolvimento Local foi o tema tratado por Madureira Pinto, da Faculdade de Economia do Porto. Fernanda Rodrigues, do Instituto Superior de Serviço Social do Porto, abordou o Associativismo e Participação Cidadã. O tema Associativismo, Educação e desenvolvimento local foi tratado por José Alberto Correia, do CIIE da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto.

Dados os diversos posicionamentos face ao associativismo, bem como as diferentes lógicas de autonomia em relação ao Estado e as especificidades da intervenção associativa de cada entidade, os grupos de trabalho que se reuniram em sessões parcelares trataram de forma diferenciada as questões propostas para reflexão. Dessa diversidade será dada visibilidade nas actas a publicar.

A Delegação do Norte da Associação 25 de Abril esteve presente nesta iniciativa, através dos vogais da sua Direcção, Maria Rodrigues e Renato Soeiro, que foi moderador do debate na secção Movimento Associativo e Coesão Social. ■

" O LEGADO DO 25 DE ABRIL NA ESFERA DOS DIREITOS HUMANOS"

ENTREGA DE PRÉMIOS
14 / 06 / 2002

1º PRÉMIO
MODALIDADE A
(TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO)
HISTÓRIA

ESCOLA EB2,3/S MIGUEL TORGA DE SABROSA

Concurso escolar «O legado do 25 de Abril na esfera dos Direitos Humanos»

A DIRECÇÃO da Delegação do Norte da Associação 25 de Abril manifesta a sua satisfação pela participação das escolas no concurso escolar comemorativo do XXVIII aniversário do 25 de Abril submetido ao título «O legado do 25 de Abril na esfera dos direitos humanos».

Os trabalhos apresentados a concurso, cujos autores felicitamos, encontram-se expostos na nossa sede do Porto, sita nas Escadas do Barredo, 120 R/C Esq. no Porto, aberta todos os dias úteis da parte de tarde, a partir do mês de Setembro.

"O Tesouro", livro em prosa de Manuel António Pina foi oferecido a todos os participantes. Aos premiados foram oferecidos cheques-disco e exemplares de "O Renascer da Esperança", banda desenhada de Manuel de Sousa e Ernesto Neves. Um CD-Rom designado "Roteiro da Revolução" foi enviado para a biblioteca de cada uma das escolas participantes.

Em algumas escolas, a entrega de prémios aos participantes e aos premiados foi feita por militares de Abril que lá se deslocaram para participarem em sessões de encerramento do ano escolar.

João Moutinho esteve presente na Escola Secundária Ferreira de Castro, em Oliveira de Azeméis, onde entregou à aluna do 9º ano, Cláudia Pinto, o prémio relativo à menção honrosa que lhe foi atribuída.

Bacelar Ferreira deslocou-se à Escola Miguel Torga, de Sabrosa, onde tomou parte numa sessão muito animada, dado que um grande número de alunos deste estabelecimento de ensino tinha elaborado trabalhos de pesquisa. O primeiro prémio da modalidade A (investigação histórica) foi atribuído às alunas do 12º ano Ana Carina Silva e Liliana Barros.

Rui Guimarães participou na sessão de encerramento de ano escolar da Escola EB 2/3 do Marão, onde entregou o 2º prémio da modalidade B (expressão) ao aluno do 8º ano Henrique Teixeira Mendes.

Também as escolas do Agrupamento Vertical de Eiriz (Ancede) e a Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros receberam os prémios atribuídos aos seus alunos bem como as nossas felicitações. ■

RAINHA DAS BERLENGAS III. O voo do gaivota na objectiva de Ricardo Fernandez Monteiro

Concurso de fotografia

OS ASSOCIADOS da A25A têm correspondido com grande entusiasmo à proposta que em boa hora lhes lançámos para darem asas à sua criatividade e imaginação através da captação de imagens fotográficas.

Para o Concurso de Fotografia de *O Referencial* referente ao terceiro trimestre foram remetidos vários trabalhos que mereceram a apreciação do júri, constituído por Vasco Lourenço, Pezarat Correia e Armando Isaac, que decidiu atribuir o 1.º Prémio *ex aequo* a «Rainha das Berlengas III» de Ricardo Fernandez Monteiro e a «Mini-mercado» de Ana Maria Vilhena Vicente. ■

MINI-MERCADO. O bric à brac alinhado na imagem de Ana Maria Vilhena Vicente

Paz, Justiça e Solidariedade

ARTUR CUSTÓDIO DA SILVA
Paivas, 10 de Junho de 2002

OLHANDO com espírito crítico, as convulsões terríveis com que certos países, e grande parte da população a nível mundial hoje se debate, nomeadamente no que diz respeito ao desemprego, marginalidade, exclusão social, pobreza, fome, doença, guerra e ambiente, leva-me a pensar, que é necessária uma mudança urgente e radical, a nível das relações entre os diferentes povos do planeta. Relações essas que devem incidir no auxílio aos povos mais necessitados, por parte dos mais ricos e desenvolvidos, de forma a que o enorme fosso que os separa, em termos de desenvolvimento e cultura, possa definitivamente vir a ser resolvido e ultrapassado. Isto para que a paz venha a ser no futuro uma realidade duradoira, e as populações no seu conjunto, com as suas múltiplas culturas e valores, que são um bem inestimável possam elas beneficiar desse precioso bem, indispensável ao seu desenvolvimento e ao seu bem estar geral.

Esta ideia aqui expressa não é nova, pois ela tem sido ao longo dos tempos, um sonho permanente dos povos ao longo da sua história e, em particular, o do povo português, que hoje nós devemos continuar a alimentar, de modo a que os valores cristãos do humanismo, possam eles emergir e frutificar em cada um de nós, e no futuro, possa haver a tão almejada transformação da humanidade.

Assim, nesta ordem de ideias, penso, para que esse sonho se venha um dia a concretizar e a tornar-se numa realidade, os vastos e complexos problemas acima apontados entre outros, têm que ter uma solução e serem resolvidos definitivamente. Essa solução, no meu modesto entender, passa por ser criada uma nova postura entre os países que seja verdadeiramente abrangente, solidária e humanista, de tal forma que possa vir a desencadear, num futuro próximo, um vasto movimento natural emergente que sob a égide da ONU, venha a congregar além de todas as nações, também as mais diversas instituições cívicas e humanitárias existentes, que por sua vontade queiram aderir a esse projecto humanista, que se pretende universal, de modo a que se venham a conjugar esforços, com as múltiplas ONG's e entidades que há muito tempo no terreno, desenvolvem com abnegação é grande sacrifício, o seu importante auxílio às populações carenciadas nas mais diversas partes do mundo, e juntas, com um plano bem delineado e estruturado, em que a componente militar em termos de ajuda humanitária seja por sua vez, tida em devida conta e, sem demora, com esse plano gizado, se dê definitivamente combate a esses gravíssimos flagelos, em que grande parte da Humanidade se encontra hoje mergulhada, e as populações afectadas, venham a ter finalmente uma vida digna e humana à qual têm direito, onde a Paz, a Justiça e a Solidariedade sejam uma constante e, por sua vez, a miséria e o sofrimento em que vivem termine finalmente.

Sendo hoje o dia em que se celebra o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e tendo em conta os ideais humanistas pelos quais nos devemos conduzir, e de que o Povo Português tem dado testemunho ao longo da sua História, penso ser de inteira justiça a esse propósito lembrar aqui, não esquecendo os muitos filhos ilustres que Portugal tem tido, a pessoa inigualável, que foi o professor Agostinho da Silva, homem de grande carácter, e figura proeminente da Cultura Portuguesa, que nos deixou um vasto legado nesse campo, de que todos nós sem excepção devíamos ter conhecimento, para nosso verdadeiro enriquecimento moral e cultural. Por esse motivo penso que seja um dever meu chamar a atenção para esse facto, e mais uma vez o salientar, de que ninguém melhor do que ele próprio, apontou as soluções para os problemas que afectam os povos a nível mundial, a forma dos mesmos deles se libertarem e, ao mesmo tempo dizia, se caminhar ao encontro da verdadeira Liberdade, de que tanto a Humanidade suspira e está necessitada. ■

Convites feitos à A25A

A RDP – Antena 2 e Editorial Caminho
Lançamento do livro *A Sinfonia em Portugal* de Alexandre Delgado 11-07-2002-08-05.

Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa – ACCL
VI Festa das Colectividades de Lisboa 2002 14-07-200.

Associação de Ginástica de Lisboa
11.ª Gala de Ginástica da Cidade de Lisboa 12-07-2002.

Associação Nacional de Sargentos
Fórum sobre Conceito estratégico de Defesa Nacional 26-09-2002.

Associação Nacional dos Militarizados da Marinha
11º Aniversário da ANMM 3-07-2002.

Câmara Municipal de Gaia
Estreia do 190º espectáculo do TEP «Teresa» 05-09-2002.

Câmara Municipal de Grândola
Inauguração oficial da Feira de Agosto 22-a 26-09-2002;
Sessão de apresentação do lançamento da pré-candidatura a apresentar pelo Muni- cipio de Grândola ao PITER II – Programa Integrado Turístico de Natureza Estruturante e Base Regional 27-09-2002.

Câmara Municipal de Oeiras
Comemorações do 10 de Junho – Homenagem militares do Concelho, aos mortos na Guerra do Ultramar 10-06-2002.

Casa da América Latina
Sessão de poesia da Argentina 26-09-2002.

Centro Republicano do Bombarral
Comemorações da implantação da República em Portugal, na Vila do Bombarral 5-10-2002.

Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes
Simpósio sobre Educação Inclusiva 20-09-2002.

Cooperativa de Habitação Económica «Capitães de Abril» C.R.L.
Comemorações do 25º Aniversário da Cooperativa 14-09-2002.

Editorial Caminho
Lançamento do livro *Diários de Emília Bravo* Crónicas de Maria Judite de Carvalho 18-09-2002.
Lançamento do livro *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* de Mia Couto 25-09-2002.
Sessão pública de apresentação da tradução de Álvaro Cunhal da obra *O Rei Lear* de William Shakespeare 30-09-2002.

Fonoteca Municipal de Lisboa e o Hot Clube de Portugal
Apresentação do livro *Jazz Connections in Portugal* de Virgil Mihaiu 16-07-2002

Fundação Internacional Regionalista
Apresentação do seu Boletim
Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa - ACCL
VI Festa das Colectividades de Lisboa 2002 14-07-2002

LISBOA ARTE 2002
Exposição de trabalhos de alunos do IAO da Fundação Ricardo Espirito Santo Silva
22-07-2002

Luna Art
Representação de Jorge Mourato, Rui Quintas e o Trombone 14-09-2002.

Montepio Geral
Inauguração de pintura e escultura de António Anacleto, Alexandrino Correia, Jorge Oliveira, Maria do Carmo Dionísio, Mercês Palha e Victor Felgueiras 07-10-2002.

Sociedade Filarmónica União Artística Piedense
Festival Gímnico de Encerramento – época 2001 – 2002 29-06-2002.

Teatro da Cornucópia
Estreia do espectáculo «Tiestes» de Séneca 26/27 - 09-2002. ■

Ofertas à A25A

Livros:
Diários de Emília Bravo de Maria Judite de Carvalho
oferta da Editorial Caminho
E da Carne se fez Verbo
Mar e Tudo
oferta do autor José Francisco Costa
Sonho Sonhado
oferta da autora Maria Helena Cunha
A V Via rumo à cidade da Rosa
oferta do autor Delmar Domingos de Carvalho

Medalhas:
Comemorativa dos 25 anos da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril CRL ■

Associados falecidos

Blasco Hugo Fernandes (apoiante nº 526)
Antônio Paulouro (apoiante 1550)
Jaime Carvalho da Silva (apoiante nº 1733)
Às famílias enlutadas *O Referencial* apresenta sentidas condolências. ■

Vamos aprender Bridge! (56)

LUÍS GALVÃO

ABORDÁMOS, ao dos artigos anteriores, os problemas levantados com os *planos de jogo* e com as consequentes *técnicas de carteio* dos contratos em *sem trunfo* (ST).

Dedicaremos os próximos escritos às questões colocadas pelos carteios dos contratos em trunfo.

1. *O carteio*
1.3. *O carteio em trunfo*
1.3.1. *O plano de jogo*

É óbvio que a elaboração dum *plano de jogo* obedece a princípios gerais que são comuns quer aos contratos marcados em ST quer aos jogados em *trunfo*. No entanto, porque existem notórias diferenças na forma de resolver as questões específicas que se colocam em cada um dos dois diferentes tipos de contratos, procuraremos realçar as principais assimetrias e os conceitos técnicos que nos permitam conviver com os problemas e resolver os que nos são colocados pelas particularidades dos contratos trunfados.

O primeiro conceito a reter é de que os carteios dos contratos em *trunfo* são mais complexos do que os efectuados em *sem trunfo*.

A complexidade adicional, quando se joga em trunfo, advém da possibilidade do *corte*, por parte de qualquer das duas linhas, circunstância não existente nos contratos marcados e jogados em ST.

Não podemos nem devemos esquecer-nos que se podemos cortar uma vasa do ADV, o que constitui uma eventual mais valia, também corremos o risco do ADV nos pagar na mesma moeda, cortando-nos inesperadamente (?) uma vasa com que contávamos para o cumprimento do nosso contrato.

O poder de corte é pois uma arma de dois gumes ao apresentar-se como uma mais valia, ao mesmo tempo que se revela como uma ameaça adversária, pelo que importará geri-lo com parcimónia e com técnica apurada, por forma a explorar as suas vantagens, acautelando-nos, concomitantemente, contra a sua perigosidade insidiosa.

Ao elaborar o *plano de jogo* em ST dissemos que a primeira preocupação do carteador seria a de contar as *vasas ganhantes à cabeça* para depois decidir onde e como iria tentar arranjar as que lhe faltavam para cumprir o contrato marcado.

A elaboração do *plano de jogo* em *trunfo* constitui a primeira grande diferença relativamente à mesma operação nos contratos em ST. Ao equacionar-se o *plano de jogo* em *trunfo* a primeira preocupação do carteador será a de contabilizar o número de *vasas perdentes* e depois equacionar a forma de diminuir os prejuízos, isto é, de encontrar a melhor maneira de eliminar alguma ou algumas das *vasas* inicialmente contabilizadas como *perdentes*, se tal for exequível.

Para contabilizar as *vasas perdentes* a forma de o levar a cabo não é a de contar as perdentes existentes em cada uma das duas mãos (na do carteador e na do morto) e somar, mas sim a de eleger um dos jogos como *mão base* e, a partir dela, contar as *vasas perdentes* existentes nessa mão, considerando, obviamente, como jogo do parceiro.

Consideremos o seguinte jogo:

♠ R972
♥ 432
♦ AD4
♣ A42

N
W E
S

Contrato: 4♠
Saída: R♥ por W

♠ ADV63
♥ 765
♦ R5
♣ R73

Feita que foi a saída com o R♥ o carteador olhou para o *morto*, analisou a carta de saída, elegeu a sua mão (S) como *mão de base* e começou por contabilizar as *vasas perdentes*, em referência à sua mão.

Contabilizou então:
3 *vasas perdentes* em ♥
1 *vasa perdente* em ♣
4 *vasas perdentes*

No seguimento da sua análise concluiu que as *vasas perdentes* em ♥ eram *imediatas* e que a existente a ♣ era *diferida* ou descartável, dado que poderia ser «baldada» em S na *extraganhante* existente em ♦ no morto.

Face a este raciocínio simples e baseado em conceitos técnicos firmes concluiu que o contrato era exequível e que só poderia ser derrotado em caso de anormal distribuição nos naipes pobres (♣ ou ♦).

Importará agora esclarecer uma dúvida que decerto já terá ocorrido ao espírito dos nossos leitores e que se traduzirá na pergunta: Mas, como escolherei eu a *mão de base*? Obedecendo a que critério ou critérios?

A resposta é simples. A *mão de base* é normalmente a mão mais comprida em trunfo ou, sendo iguais em comprimento, aquela sobre a qual recai a tarefa do destrunfo, dado que a que está em frente será utilizada para cortar as *vasas perdentes* (neste caso *vasas perdentes diferidas* ou *descartáveis*).

Aludimos a vários tipos de *vasas perdentes*, classificando-as de forma diferente. De facto, as *vasas perdentes* não são todas iguais, pelo que importará aprender a identificá-las e a qualificá-las.

Vejamos o seguinte exemplo:

♠ D942
♥ DV3
♦ 532
♣ DV2

N
W E
S

Contrato: 4♥
Saída: A♣ por W

♠ AV10
♥ 109852
♦ AR4
♣ R3

Contabilizemos as *vasas perdentes* relativamente à mão de S (*mão de base*):

2 perdentes a ♥ - *inelutáveis* ou *inevitáveis* (A e R de trunfo)
1 perdente a ♦ - *diferida* ou *descartável* (o 4 de ♦ pode ser baldado na *extraganhante* a ♣ do *morto*)
1 perdente a ♣ - *imediata* e sem solução
1 perdente a ♠ - *eventual* (Pode ou não ser perdente, dependendo da localização do R ♠ em W ou em E)

São estes os vários *tipos de vasas perdentes*, sendo denominadas como se indica de acordo com as diferentes condições em que as vasas se apresentam ao carteador que o exemplo ilustra e ensina a classificar.

Até ao próximo número. ■

(A Ramiro Correia, no aniversário da sua morte, a 16 de Agosto de 1977)

Elegia

Eu sei que a aridez do deserto
se mudou para cá,
após as primeiras nuvens
toldarem o céu.

O tam-tam chamou-te
para o além de fronteiras e
mares onde nada se detém
quando morre um
companheiro.

E sabes por quê?
É que o teu abraço guerreiro
levou apertado o nosso sonho
de Abril!
Escuta Ramiro onde quer que
agora estejas:
sob a vela desfeita de uma
maré de Novembro, ou à
sombra de um embondeiro.

As asas dos nossos cravos
são ainda mais rubras em
Africa, regadas que foram
pelo sangue comum
dos soldados.

Por isso aqui estou
de bandeira desfraldada
e trombeta irreverente, ao
lado de outras bandeiras,
sorvendo no horizonte,
a paz reconfortante
de um último raio de sol.

Vaza Pinheiro